

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BÁRBARA CRISTINA JACINTHO

**Uma nova arquitetura financeira global:  
O Novo Banco de Desenvolvimento e o potencial econômico para o bloco  
BRICS**

Uberlândia  
2024

BÁRBARA CRISTINA JACINTHO

Uma nova arquitetura financeira global:

O Novo Banco de Desenvolvimento e o potencial econômico para o bloco BRICS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes

Uberlândia

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

J12  
2024

Jacinto, Bárbara Cristina, 1999-  
Uma nova arquitetura financeira global [recurso eletrônico] : O Novo Banco de Desenvolvimento e o potencial econômico para o bloco BRICS / Bárbara Cristina Jacinto. - 2024.

Orientador: Leonardo Segura Moraes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em  
Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Moraes, Leonardo Segura  
,1987-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III.  
Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

## AGRADECIMENTOS

É com imensa emoção que finalizo esse curso agradecendo a todos que estiveram ao meu lado, apoiando-me incansavelmente ao longo desta jornada. À minha família, que nunca mediu esforços para fazer com que meu sonho fosse possível, agradeço por cada gesto de amor, paciência e compreensão, que foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. À minha Vó Vilma que é meu grande exemplo de esforço e gentileza, que nunca me deixou faltar absolutamente nada: obrigada por tudo, essa conquista também é sua!

Aos meus amigos Tiago, Malu, Letícia, Heitor, Ana Paula, entre tantos outros: vocês foram meus companheiros de risadas, almoços, lágrimas e inúmeras noites de estudo. Juntos, enfrentamos uma pandemia, vencemos as matérias mais difíceis, celebramos as pequenas e grandes vitórias e construímos memórias que levarei para toda a vida. Ao meu amado companheiro de vida e de estudos, João Pedro, sua presença facilitou aquilo que era difícil e me impulsionou quando eu achei que não conseguiria sozinha. Suas palavras de coragem, paciência e amor, as conversas sobre financeirização foram fundamentais para os meus dias. Este é apenas o primeiro passo de um caminho incrível pela frente. Cada palavra deste trabalho carrega um pouco da nossa amizade e da força que todos vocês me deram ao longo desses anos todos. Vocês são a família que escolhi pra mim! Agradeço também ao estimado professor Leonardo que foi um excelente orientador e me auxiliou durante toda a pesquisa, sanando minhas dúvidas e me colocando de volta no caminho certo quando eu me sentia perdida.

Que este trabalho seja um testemunho não apenas do meu esforço individual, mas do amor e apoio que recebi de cada um de vocês. Obrigada por acreditarem em mim, por me incentivarem nos momentos difíceis e por compartilharem comigo as vitórias e as pequenas alegrias da vida adulta. Que este seja não apenas o fim de uma etapa, mas o início de novos desafios e conquistas. Saibam que, de todo o meu coração, levarei cada um de vocês comigo por toda a minha vida.

*O bom de estar na luz é refletir!*

## EPÍGRAFE

Os BRICS são os *The News Kids on the Block*. Há novas crianças no playground. Suas vozes precisam ser ouvidas

Celso Amorim

## RESUMO

A dinâmica da arquitetura financeira global passa por transformações impulsionadas pela ascensão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como atores-chave no cenário internacional. Uma iniciativa marcante é o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), criado em 2012. Este estudo explora a influência do NBD no fortalecimento dos BRICS na economia global. O NBD é visto como uma alternativa aos modelos tradicionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a cooperação entre os países membros. A criação do NBD reflete a busca por uma representação mais equitativa nas instituições financeiras internacionais e possivelmente uma alternativa à hegemonia norte-americana. A pesquisa adota métodos como revisão bibliográfica, análise documental e quantitativa para compreender o impacto do NBD. A instituição representa uma oportunidade para os países emergentes promoverem seus interesses e desafiarem o domínio das potências tradicionais. No entanto, enfrenta desafios como a assimetria econômica dentro do grupo BRICS, especialmente em relação à China. Apesar do potencial transformador, o NBD ainda precisa superar obstáculos como transparência, governança e competitividade em relação aos bancos multilaterais existentes para solidificar seu papel na nova arquitetura financeira global.

**Palavras-chave:** Arquitetura Financeira Internacional; BRICS; hegemonia global; Novo Banco de Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The dynamics of the global financial architecture undergo transformations driven by the rise of the BRICS (Brazil, Russia, India, China, and South Africa) as key actors in the international arena. A notable initiative is the New Development Bank (NDB), established in 2012. This study explores the influence of the NDB on strengthening the BRICS in the global economy. The NDB is seen as an alternative to traditional models, promoting sustainable development and cooperation among member countries. The establishment of the NDB reflects the quest for more equitable representation in international financial institutions and possibly an alternative to the American hegemony. The research employs methods such as literature review, document analysis, and quantitative analysis to understand the impact of the NDB. The institution represents an opportunity for emerging countries to promote their interests and challenge the dominance of traditional powers. However, it faces challenges such as economic asymmetry within the BRICS group, especially concerning China. Despite its transformative potential, the NDB still needs to overcome obstacles such as transparency, governance, and competitiveness concerning existing multilateral banks to solidify its role in the new global financial architecture.

**Keywords:** BRICS; global hegemony; International Financial Architecture; New Development Bank.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Imagem 1:** Comparação entre o Banco do BRICS e seus pares

**34**



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Projetos concluídos financiados pelo NBD, 2016-2021	<b>31</b>
<b>Tabela 2</b> - População e PIB dos membros originais do BRICS	<b>35</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Acordo Contingente de Reservas
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
AFDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AIIB	Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CG	Conselho de Governadores
CP	Comitê Permanente
DPA	Administração das Parcerias para o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OCX	Banco da Organização para Cooperação de Xangai
PIB	Produto Interno Bruto
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
VEB	Vnesheconombank

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E O SURGIMENTO DOS BRICS</b>	<b>3</b>
1.1 Antecedentes históricos da Cooperação Sul-Sul	3
1.2 A trajetória de formação dos BRICS e os impactos na ordem mundial	7
<b>2 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>13</b>
2.1 A cooperação intra-BRICS	22
2.2 O Acordo Contingente de Reservas (ACR)	24
<b>3 OS EMPRÉSTIMOS CEDIDOS PELO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>28</b>
<b>Gráfico</b>	<b>29</b>
Tabela 1 - Projetos concluídos financiados pelo NBD, 2016-2021	31
Imagem 1: Comparação entre o Banco do BRICS e seus pares	34
Tabela 2 - População e PIB dos membros originais do BRICS	35
<b>4 CONCLUSÕES</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

A dinâmica da arquitetura financeira global tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas por diversas mudanças geopolíticas e econômicas. Nesse contexto, a ascensão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como atores-chave no cenário internacional tem desempenhado um papel crucial na redefinição das estruturas financeiras mundiais. Uma das iniciativas que marcam essa evolução é a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), na ocasião da IV Reunião Anual do BRICS, realizada em 2012 em Nova Déli.

O presente trabalho busca explorar essa nova arquitetura financeira global e, mais especificamente, examinar o impacto do Novo Banco de Desenvolvimento na consolidação e fortalecimento dos BRICS nas novas relações econômicas internacionais. O NBD, estabelecido em resposta à necessidade de instituições financeiras mais inclusivas e representativas, parece emergir como uma alternativa significativa aos modelos vigentes de fluxos de investimento produtivo. Seu papel vai além do simples fornecimento de recursos financeiros, sendo concebido como um instrumento estratégico para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a cooperação entre os países membros.

Desde o início, o NBD dividiu opiniões entre aqueles que o apoiavam e os que se mantinham desconfiados. Um dos defensores mais inusitados do NBD foi Robert Zoellick, na época presidente do Banco Mundial (BM). Essa recepção positiva por parte do grupo BM traz alguns pontos de atenção sobre a instituição. Enquanto o apoio declarado de líderes como o presidente do Banco Mundial pode sugerir uma visão otimista do papel e potencial do NBD, também levanta questões sobre as motivações por trás desse apoio. Ainda assim, o NBD surge com a intenção complementar a atuação do Banco Mundial, e não de confrontá-lo (PEREIRA et MILAN, 2018, p. 14).

Apesar das diversas justificativas para a criação do NBD, nosso foco está na avaliação das motivações e dos resultados econômicos dessa iniciativa. Embora não seja oficialmente justificado pelo bloco como o objetivo para criar a instituição, os BRICS argumentam que existem poucos espaços para os países em desenvolvimento dentro das instituições financeiras internacionais estabelecidas

em Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BM (EICHENGREEN, 2014).

Ao longo desta análise, serão abordados os antecedentes que levaram à criação do NBD, as características fundamentais da instituição e como ela se posiciona dentro do contexto da arquitetura financeira global. Além disso, será examinado o impacto prático do NBD nas economias dos BRICS, destacando as contribuições específicas para o fortalecimento das relações econômicas internacionais e a promoção de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Portanto, o objetivo desta pesquisa é proporcionar uma compreensão abrangente dessa nova arquitetura financeira global, focando especialmente na hipótese de que existe um papel crucial desempenhado pelo Novo Banco de Desenvolvimento desde sua fundação.

Para tanto, a fim de investigar a nova arquitetura financeira global e o papel do Novo Banco de Desenvolvimento no fortalecimento para as novas relações econômicas internacionais, adotamos uma combinação de metodologias que integram três abordagens distintas: Revisão Bibliográfica, Análise Documental e Análise Quantitativa. Essa combinação estratégica visa proporcionar uma compreensão abrangente e multifacetada, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos acerca do tema. A pesquisa se baseia principalmente em documentos oficiais emitidos pelo NBD e pelo BRICS.

A presente pesquisa tem a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, introduzimos o tema da cooperação Sul-Sul e suas origens históricas, delineando os principais conceitos e abordagens teóricas. No segundo capítulo, discutimos o surgimento dos BRICS, explorando os antecedentes históricos dessa forma de colaboração, bem como a trajetória de formação dos BRICS e seus impactos na ordem mundial. No terceiro capítulo, analisamos o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Acordo Contingente de Reservas (ACR), examinando os empréstimos concedidos pelo NBD e seu impacto nas economias dos países membros. Por fim, o quarto e último capítulo apresenta as conclusões obtidas a partir da análise realizada, destacando os principais resultados, contribuições e possíveis desdobramentos futuros para o bloco do BRICS.

# 1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E O SURGIMENTO DOS BRICS

## 1.1 Antecedentes históricos da Cooperação Sul-Sul

O século XX foi um período de fortes tensões na geopolítica mundial. Marcado por duas guerras mundiais, transformações radicais na dinâmica internacional, avanços tecnológicos acelerados e movimentos sociais de grande impacto. Este período deixou uma marca profunda na história global. Até a metade do século, as relações entre a periferia ocorreram em escala reduzida e em grande parte mediadas pelos países centrais. Foi somente em meados da década de 1950, com o início das disputas da Guerra Fria, que surgiu pela primeira vez o movimento conhecido como "Terceiro Mundismo", originado nas nações periféricas do Sistema Internacional<sup>1</sup>. O surgimento desse movimento está intimamente ligado à tentativa dos países em desenvolvimento, muitos dos quais haviam conquistado recentemente a independência, de criar uma alternativa ao alinhamento entre os blocos político-econômico liderados pelos EUA e pela URSS (GOMES, 2016, p. 14 *apud* AMIN, 2010; SAUVY, 1952).

A alcunha de "Terceiro Mundo" ou "Sul Global" foi criada para se referir a um vasto número de nações periféricas que possuem diversas origens, histórias, tradições, seus povos e culturas são diferentes. No entanto, um denominador comum entre esses países os une em torno do desejo de construir um Sistema Internacional que seja capaz de incluir as demandas dessas nações. Essa nova ordem internacional tem como objetivo principal a consolidação de uma globalização anti-hegemônica (PINO, 2014, p. 57).

A exclusão deliberada dos países e regiões em desenvolvimento durante a concepção de uma nova ordem econômica internacional tornou-se ainda mais evidente durante a Conferência de Bretton Woods, ocorrida em 1944, cujo resultado evidenciou uma "hegemonia mundial" tutelada pelos EUA (FIORI, 2004, p. 79-80). Ao negligenciar os diversos contextos econômicos e sociais, acabam reforçando as desigualdades intrínsecas ao Sistema Internacional, perpetuando

---

<sup>1</sup> Vale notar, contudo, que em 1920 ocorreu o Congresso dos Povos do Oriente na cidade de Baku, no Azerbaijão, que reuniu diversos representantes de organizações políticas mundo afora na formulação de uma perspectiva anticolonial e anti-imperialista das relações internacionais naquele período. Sobre o assunto, ver Carvalho; Borges; Scarmeloto (Orgs.) (2021).

assimetrias de poder e limitando as oportunidades de desenvolvimento para nações historicamente marginalizadas (PINO, 2014, p. 59).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve um rápido avanço nos processos de descolonização na África e na Ásia, ao mesmo tempo em que a consciência sobre o "atraso estrutural" latino-americano se consolidou, em grande medida impulsionado pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em fevereiro de 1948. As tensões políticas deixaram de se concentrar no cenário europeu, migrando para a periferia em desenvolvimento, como evidenciado pelas guerras coloniais na Indochina e na Argélia (1<sup>a</sup>: 1946-1954; 2<sup>a</sup>: 1955-1975 e 1954-1962, respectivamente), bem como pelas revoluções na América Latina e na África (AMIN, 2010).

No período que sucedeu as duas grandes guerras do século XX, a Europa estava destruída. No entanto, isso não significou um rebaixamento do continente à condição de periférico, uma vez que, através do Plano Marshall, uma parcela considerável dos investimentos norte-americanos da época foram destinados à reconstrução da Europa Ocidental. Entre os anos de 1948 e 1951, estima-se que os EUA doaram um montante que, a depender das fontes utilizadas, variava entre US\$12,6 a US\$14 bilhões de dólares na época (o equivalente a 182 bilhões de dólares atualmente). Isso correspondia a 12,75% do orçamento dos EUA no ano de 1948. Essa lógica de Cooperação Norte-Norte foi crucial para manter o impulso da expansão do sistema capitalista global e garantir a supremacia das potências capitalistas do Norte na condução da governança mundial (MEDEIROS; PEREIRA, 2015, p. 121; LASSANCE, 2021, p. 11).

A expansão do sistema capitalista global não se deu apenas pela competição entre nações pela circulação de dinheiro, mas também pela criação de estruturas políticas abrangentes e complexas pelas potências centrais para controlar tanto o meio social quanto a esfera política. Isso resultou em um aumento na concentração do poder político por parte dessas potências. Para os países latino-americanos e as então colônias afro-asiáticas, que representavam a maior parte da população e dos territórios globais, foi reservado um espaço mínimo para buscar desenvolvimento e autonomia. Isso evidencia uma marginalização que limitava suas possibilidades de progresso e autodeterminação (MEDEIROS; PEREIRA, 2015, p. 121 *apud* ARRIGHI, 1996).

Nesse contexto de descontentamento foi que ocorreu a Conferência de Bandung, em 1955, marcando o início do desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul e da solidariedade afro-asiática, que visava a construção de uma nova ordem mundial que fosse capaz de abarcar as necessidades das nações em desenvolvimento. As bases desse movimento remontam ao Congresso de Baku (ou Congresso dos Povos do Oriente), ocorrido em 1920 no Azerbaijão. Convocada pela Internacional Comunista, a Assembléia reuniu aproximadamente 2.050 participantes, representando 37 povos, majoritariamente asiáticos e muçulmanos (RIDDELL, 2021).

Trinta anos após os passos iniciais dados em Baku e apoiados pela articulação fundamental entre Índia e China, os líderes asiáticos e africanos reuniram-se em Bandung, na Indonésia, para tratar de temas que lhes eram comuns e indispensáveis: a descolonização política da Ásia e da África. Embora não concordassem em diversos outros aspectos sobre o futuro da sociedade ou acerca das relações com o Ocidente, a conquista da libertação econômica, social e cultural eram motivações suficientes para construir o espírito de não-alinhamento que unia aqueles países. No decorrer das décadas seguintes, as relações foram se desenvolvendo e evoluindo conforme as demandas sociais alteraram-se. Os países que faziam parte do "Movimento dos Não-Alinhados" formaram uma grande "frente de solidariedade política centrada no apoio às lutas de libertação e na recusa dos pactos militares" (AMIN, 2010).

O objetivo dos países em desenvolvimento era acelerar o processo de descolonização e assegurar a não vinculação *a priori* a nenhuma das potências líderes durante a Guerra Fria. Isso deveria ser feito para manter a autonomia dessas nações e garantir a soberania e autodeterminação dos povos. As demandas propostas durante Bandung e em várias conferências sobre desenvolvimento naquela época seriam posteriormente apoiadas dentro da ONU, que passou a incorporar regularmente e formalizar a agenda da Cooperação Sul-Sul (MEDEIROS; PEREIRA, 2015, p. 120).

Os Princípios de Bandung refletem a estratégia dos países do Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. Em termos econômicos, a conferência concretizou o que Samir Amin (2010) chamou de "ideologia do desenvolvimento", que teve seu auge entre 1955 e 1975. O desenvolvimento, durante esse período, era entendido



como “a vontade de desenvolver as forças produtivas, de diversificar a produção, nomeadamente industrializando, bem como a vontade de assegurar ao Estado nacional a direção e o controle desse processo” (AMIN, 2010).

Foi nesse contexto que a Cooperação Sul-Sul passou a ganhar novas formas. Os países em desenvolvimento passaram a demandar políticas que fossem capazes de diminuir as desigualdades econômicas e sociais deixadas como herança da Segunda Guerra Mundial, além de medidas para fomentar um comércio mais equilibrado entre o Norte e o Sul. Esse movimento ganhou força com o surgimento do G-77 e da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ocorrida em 1964, que criou uma agenda voltada para o desenvolvimento e evidenciou a capacidade de influência e o peso político que os países periféricos estavam ganhando no sistema ONU (GOMES, 2016, p. 19; MEDEIROS; PEREIRA, 2015. p. 128).

Desde seus primeiros passos, o Ocidente não acolheu de maneira favorável o espírito de Bandung e a ideologia de não-alinhamento. Isso foi evidenciado pela deposição de líderes radicais do Terceiro Mundo como Nasser, Sukarno, Nkrumah e Modibo Keita, que foram depostos de seus cargos entre os anos de 1965 e 1968. A partir de Bandung, a “ideologia do desenvolvimento” passou a ser definida por alguns pilares fundamentais. Era necessário desenvolver as forças produtivas por meio de uma industrialização diversificada cujo controle e direção estivessem sob a tutela do Estado nacional (AMIN, 2010).

As iniciativas que visavam uma tentativa de alteração do *status quo* foram minadas pela reação estadunidense frente aos avanços dos países do Terceiro Mundo. Da década de 1970 em diante, observa-se o crescimento de uma onda conservadora que tinha como um de seus objetivos estagnar aquele embrião da Cooperação Sul-Sul. Nesse contexto, o surgimento do neoliberalismo surge como uma resposta por parte dos norte-americanos que buscavam reforçar e disseminar os princípios do livre mercado, desregulamentação econômica e minimização da ação estatal. Além disso, as instituições e organizações multilaterais sob a hegemonia dos EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, exigiam a realização de um ajuste fiscal aos governos de países em desenvolvimento que solicitaram empréstimos das instituições financeiras ocidentais como condição para receber cooperação. Esse movimento representou

uma ação estratégica para proteger os interesses econômicos e ideológicos dos Estados Unidos, influenciando significativamente as políticas globais e as relações internacionais nas décadas seguintes. Como resultado das políticas neoliberais implementadas em países em desenvolvimento, a recessão econômica da década de 1990 estagnou o processo de consolidação da Cooperação Sul-Sul que só ganhou um novo suspiro de vida com a chegada do novo século (GOMES, 2016, p. 19; MEDEIROS; PEREIRA, 2015. p. 134).

Já no início dos anos 2000, uma notável onda de mudanças políticas, conhecida como a "onda rosa", emergiu na América Latina, marcando uma transição significativa na região. Caracterizada pela ascensão de líderes políticos considerados progressistas, essa "onda" refletiu a busca por alternativas às políticas neoliberais predominantes nas décadas anteriores. Países como o Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e a Bolívia, com Evo Morales, por exemplo, testemunharam a ascensão de líderes comprometidos com agendas sociais, distribuição de renda e inclusão, que foram favorecidas pela elevação dos preços de *commodities* no mercado internacional, notadamente entre 2003-2011, na medida em que tal *boom* no preço dessas mercadorias estimulou crescimento das respectivas economias e as possibilidades de políticas sociais inclusivas. A "onda rosa" foi múltipla e simbolizou respostas populares às desigualdades socioeconômicas e às políticas de austeridade, influenciando a formulação de políticas progressistas em diversos países latino-americanos desde o final dos anos 1980 (GOMES, 2016, p. 20).

## **1.2 A trajetória de formação dos BRICS e os impactos na ordem mundial**

Após a Segunda Guerra Mundial, a hegemonia dos Estados Unidos ganhou força, marcando o início de uma nova ordem internacional. Esta liderança foi estabelecida sob o domínio do padrão cambial fixo, porém ajustável, e baseado no dólar estadunidense, situando-se em uma ordem geopolítica bipolar que dividiu o mundo em dois pólos representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética (BELLUZZO; TAVARES, 1999, p. 123).

Aqui, entendemos o conceito de hegemonia conforme delineada por Robert Cox (1996), que se fundamenta na combinação de ideias de Gramsci, Edward Hallet Carr, entre outros. De acordo com esse novo conceito elaborado por Cox, é

possível compreender não apenas a dominação de uma nação sobre as outras, mas também a de uma classe ou fração sobre as demais.

Hegemonia, no nível internacional, é, então, não apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem em uma economia mundial com um modo de produção dominante, o qual entra em todos os países e vinculando outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais as quais conectam as classes sociais de diferentes países. Hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas coisas mas deve ser as três. A hegemonia mundial, além disso, expressa-se em normas universais, instituições e mecanismos os quais definem regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que agem além das fronteiras nacionais, regras que promovem o modo de produção dominante (COX, 1996, p. 183).

A reconfiguração da divisão internacional do trabalho e o esquema centro-periferia decorrente da hegemonia europeia foram profundamente impactados pela expansão mundial do capitalismo sob a liderança norte-americana. Essa transformação foi notável não apenas pela natureza radicalmente diferente do novo centro, mas também pela incorporação de periferias funcionais, que não mais correspondiam à tradicional divisão entre um centro produtor de manufaturas e uma periferia produtora de matérias-primas (BELLUZZO; TAVARES, 1999, p. 123).

Desde o século XIX, a economia norte-americana passou a ser mais diversificada, sendo uma grande produtora não apenas de manufaturas, mas também de matérias-primas e alimentos. Nesse contexto, sua expansão não se restringiu apenas ao comércio convencional. Pelo contrário, ela ocorreu principalmente através do grande capital financeiro monopolizado, que não apenas dominou internamente desde o final do século XIX, mas também desempenhou um papel preponderante na esfera internacional desde o início do século XX. Essa dinâmica não apenas consolidou a hegemonia norte-americana, mas também moldou significativamente a estrutura econômica global das próximas décadas (BELLUZZO; TAVARES, 1999, p. 130).

Esse predomínio norte-americano fomentou o surgimento de blocos de países que não estavam alinhados a nenhum dos principais polos da Guerra Fria. Na busca por autonomia, alguns países formaram alianças regionais buscando uma posição independente no cenário internacional. É na esteira desse movimento contestatório que surgiu o agrupamento conhecido como BRICS, inicialmente como

um mecanismo político de cooperação e coordenação, com o intuito de promover uma maior influência coletiva e para servir como um contrapeso às estruturas de poder existentes no cenário internacional.

Foi durante a crise financeira de 2007-2009, no que parecia ser o momento ideal para que as economias emergentes reivindicassem a necessidade de reforma nas instituições de governança internacionais, que o bloco provou sua indispensabilidade. Mais do que nunca se mostrava necessário criar um espaço de discussão onde fossem consideradas as particularidades dos países em desenvolvimento e que pudesse suprir as lacunas de financiamento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável em um mundo em constante transformação (ABDENUR; FOLLY, p. 79; DAMICO, 2015, p. 60).

As origens do BRICS remontam à década de 2000, com um impulso significativo vindo dos relatórios publicados pelo banco de investimentos Goldman Sachs. Ao longo dessa década, os analistas do Goldman Sachs divulgaram uma série de relatórios sobre as perspectivas econômicas dos países denominados BRICs, que incluíam Brasil, Rússia, Índia e China. Esses documentos, elaborados por Jim O'Neill, previam um desempenho notavelmente superior para essas economias em comparação com as projeções para os países do G7, destacando seu potencial de crescimento econômico e influência global. A ênfase nos BRICs como protagonistas emergentes no cenário mundial foi fundamentada em fatores como o aumento da produção industrial, o crescimento populacional e os avanços tecnológicos (DAMICO, 2015, p. 55).

Uma característica notável do BRICS é a ausência de um tratado constitutivo formal que o defina, diferentemente de outras organizações internacionais, como a União Europeia, por exemplo. Essa informalidade permite maior capacidade de adaptação às circunstâncias e ao contexto. Como destacado por Flávio Damico (2015):

Uma particularidade do BRICS é sua natureza informal. O BRICS não conta com tratado constitutivo ou com qualquer espécie de secretariado. A atividade do mecanismo é guiada pela vontade política dos Chefes de Estado e Governo (chamados de Líderes), que adotam uma Declaração (e, a partir de 2010, também um Plano de Ação) a cada Cúpula [...] O BRICS conta com uma presidência rotativa, que coordena a implementação das decisões tomadas pelos Líderes.

Posteriormente, durante a II Cúpula, ocorrida em 2010 em Brasília, a África do Sul passou a compor o bloco. Os países que compõem o bloco BRICS formalizaram sua cooperação como uma aliança estratégica, indo além da análise puramente econômica do Goldman Sachs e consolidaram-se como um importante bloco geopolítico e econômico no sistema internacional. Embora os relatórios tenham sido cruciais para chamar a atenção ao potencial coletivo desses países e catalisar a formação do BRICS como um bloco influente nas relações internacionais, o que sustenta o bloco de pé até hoje é a vontade inequívoca de seus governos em permanecerem como partes do agrupamento. Cada um dos BRICS representa um polo de poder num mundo que caminha para a multipolaridade. Seus membros, em seus respectivos contextos regionais, possuem destaque no plano internacional, ainda que em diferentes níveis. Sendo assim, embora não haja a necessidade de que os países, individualmente, pertençam ao grupo, todos os membros do bloco têm algo a ganhar com a cooperação intra-BRICS (COZENDEY, 2015, p. 126; DAMICO, 2015, p. 58).

Após a entrada da África do Sul, o cenário do bloco testemunhou uma ampliação de sua diversidade econômica, política e cultural. A inclusão de um país do continente africano trouxe uma perspectiva mais abrangente sobre os desafios e oportunidades enfrentados por economias emergentes. Em termos econômicos, o bloco BRICS se consolidou como motor significativo do crescimento global, apresentando um dinamismo que desafia as análises mais conservadoras dos críticos. A cooperação intra-BRICS também propiciou um aumento da relevância política dos países em desenvolvimento, oferecendo uma contraposição às tradicionais estruturas de poder. A consolidação do BRICS, portanto, não apenas reflete um notável crescimento econômico conjunto, mas também evidencia a transformação mais ampla no cenário internacional, onde a coordenação e cooperação Sul-Sul ganham destaque, promovendo um modelo de desenvolvimento mais equitativo e colaborativo (DAMICO, 2015, p. 59).

Foi durante a IV Cúpula dos BRICS, ocorrida no ano de 2012 em Nova Delhi, que o bloco deu um passo significativo ao iniciar movimentações conjuntas na área financeira. Durante a Cúpula, os Líderes instruíram seus Ministros de Finanças a explorar a viabilidade de criar um novo banco de desenvolvimento. Esta iniciativa visava financiar projetos de infraestrutura e promover o desenvolvimento

sustentável nos próprios países do bloco e em outras economias emergentes ou em desenvolvimento ao redor do mundo. Também neste ano, em conjunto com os Presidentes dos Bancos Centrais, os Ministros examinaram a possibilidade de estabelecer um arranjo de *swap* de reservas entre os cinco membros. Essa movimentação conjunta sinalizou o início de um processo que culminaria na criação do Acordo Contingente de Reservas (ACR) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em 2014, solidificando a presença dos países que compõem o BRICS como agentes relevantes no cenário internacional (DAMICO, 2015, p. 65).

Em 2014, a cidade de Fortaleza foi palco de uma das Cúpulas mais marcantes para o BRICS, assinalando o início de um novo capítulo para o bloco e evidenciando um aprofundamento significativo no diálogo político entre seus membros. Os resultados desse encontro foram históricos, resultando na fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cujo capital inicial subscrito totalizou US\$50 bilhões (cada país contribui com US\$10 bilhões) e um capital autorizado inicial de US\$100 bilhões. Essa divisão igualitária tem o objetivo de fazer com que todos os membros tenham os mesmos direitos de voto, uma vez que, como descrito no Artigo 2º do acordo, os direitos de votos de cada país-membro serão proporcionais à sua contribuição financeira. É evidente que essa contribuição afeta muito mais o governo da África do Sul do que a China, devido ao tamanho de suas economias (PEREIRA; MILAN, 2018, p. 17).

O capital inicial subscrito do NBD é considerado relativamente modesto em comparação com o capital atual do BM, que ultrapassa US\$230 bilhões. No entanto, é importante salientar que o BM também iniciou suas operações com um capital subscrito limitado, mas ao longo do tempo, conseguiu aumentá-lo significativamente. Isso sugere que o NBD, apesar de seu capital inicial modesto, possui potencial para crescimento. Esse aumento pode acontecer por meio de expansões de capital, e também através da acumulação de reservas a partir de receitas líquidas. A expansão do capital do banco envolve negociações complexas e, por essa razão, demandam muito tempo. Essas negociações podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo mudanças nas políticas dos países membros, condições econômicas globais e a eficácia dos projetos financiados. Portanto, embora o potencial de crescimento do NBD seja substancial,

é importante reconhecer que o processo de acumulação de reservas e expansão do capital pode ser gradual e sujeito a várias variáveis externas e internas (PEREIRA; MILAN, 2018, p. 18).

Além disso, foi estabelecido o ACR, sendo um “compromisso dos cinco países de emprestar recursos de forma imediata e líquida, em dólares, a algum deles que os solicite por necessidade de curto prazo de liquidez em moeda conversível” (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 63) com cotas totais atingindo a marca de US\$100 milhões. Enquanto o NBD pode ser caracterizado como uma instituição que toma a iniciativa, com a habilidade de influenciar os parceiros em relação a outros países, o ACR representa uma iniciativa de natureza defensiva, servindo como um mecanismo de apoio mútuo em casos de instabilidade cambial. O documento resultante dessa reunião abrange mais de trinta setores que se tornaram objeto de diálogo entre os membros do bloco, abordando áreas cruciais como agricultura, saúde, infraestrutura, desenvolvimento sustentável e energia limpa (DAMICO, 2015, p. 68; CARVALHO *et al.*, 2015, p. 47).

## 2 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Ao final de 2011, em uma reunião informal, Nicholas Stern apresentou aos representantes dos países membros do BRICS uma proposta, formulada em conjunto com Joseph Stiglitz, que previa a criação de um banco de desenvolvimento Sul-Sul para preencher a lacuna deixada pelas instituições financeiras tradicionais e financiar projetos de infraestrutura, sustentabilidade e novas tecnologias. Os acionistas iniciais seriam os países emergentes e os membros do G-20 que não faziam parte do G-8. Na concepção dos autores do texto e dos demais simpatizantes à proposta, o Novo Banco de Desenvolvimento seria de fundamental importância para direcionar os excedentes de poupança gerados pelos países emergentes, principalmente a China, para projetos que atendessem de fato as necessidades dos membros do bloco. Além disso, o banco serviria como um fator de equilíbrio para a economia global (COZENDEY, 2015, p. 118).

Apesar das propostas reformistas realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial em 2010 que prometiam adotar medidas para tornar o sistema financeiro internacional mais inclusivo, isso não foi posto em prática. O bloco intensificou suas demandas por alterações nas instituições de Bretton Woods de maneira mais incisiva. A coalizão expressava sua insatisfação com a lentidão na implementação das reformas, especialmente após o veto do Congresso norte-americano ao acordo, estabelecido pelo G-20 em 2010, que visava conferir maior poder decisório às potências emergentes no âmbito do FMI. Assim, o bloco precisou desenvolver um sistema próprio que fosse capaz de refletir as exigências apresentadas por seus integrantes (BASTOS, 2023; COZENDEY, 2015, p. 124; ABDENUR et FOLLY, 2015, p. 87).

Os primeiros passos para a criação do NBD e do Acordo Contingente de Reservas foram dados na Sétima Cúpula do G-20, realizada em 2012 no México. Nessa ocasião, os líderes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul realizaram uma reunião paralela ao G-20 para discutir a viabilidade de se criar um instrumento financeiro próprio para os BRICS. Diversos fatores foram responsáveis por motivar os países do bloco a criarem o NBD, sendo eles: o agravamento das crises e das medidas de globalização, a dificuldade no acesso às fontes de financiamento



internacional e a resistência dos países do bloco em adotar as políticas neoliberais impostas pelas instituições financeiras tradicionais (PIRES, 2015, p. 283).

No ano seguinte, múltiplas análises foram realizadas para verificar a viabilidade da criação do NBD. Um elemento que foi fundamental para dar o aporte necessário para a criação do banco foi um documento elaborado pela UNCTAD em 2013 intitulado *“The Rise of BRICS FDI and Africa”* que dava destaque aos países do BRICS por sua enorme capacidade de atrair investimentos externos diretos e fluxos de capital (UNCTAD, 2013).

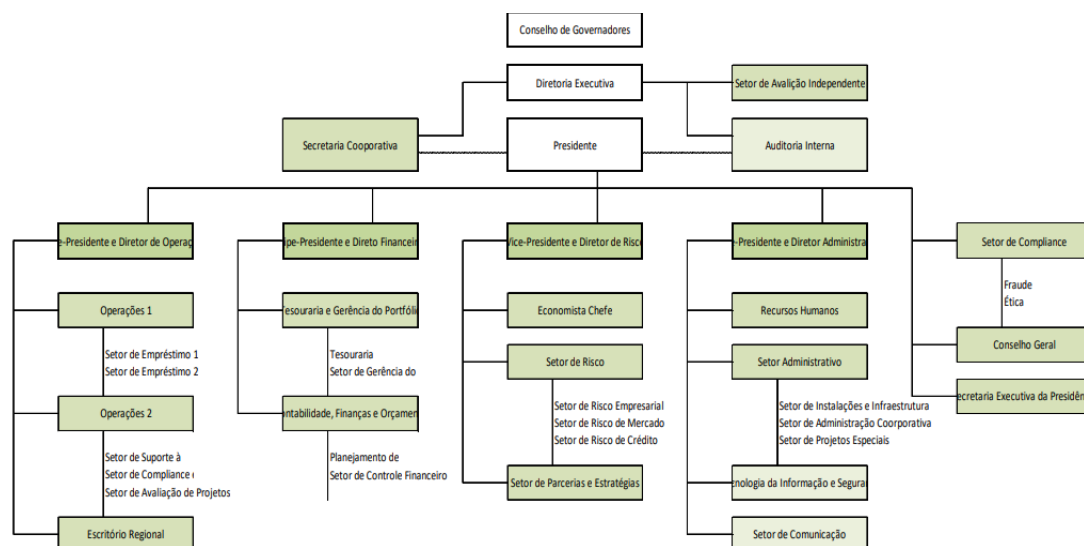
Durante a Sexta Cúpula dos BRICS em 2014, o NBD foi criado a partir do Acordo de Fortaleza com aporte inicial de 50 bilhões de dólares e com sua sede definida em Xangai, na China. O banco surge como uma alternativa às instituições financeiras internacionais estabelecidas após Bretton Woods a partir do anseio dos membros do BRICS em promover um desenvolvimento mais sustentável e impulsionar economias emergentes e em crescimento (MRE, 2014; PIREs, 2015, p. 285). Uma das evidências do atraso dessas instituições num cenário mundial cada vez mais multipolar é que até os dias atuais persiste a prática que designa a presidência do Banco Mundial exclusivamente<sup>2</sup> a cidadãos dos Estados Unidos, enquanto a direção do FMI é designada aos europeus, sendo notável que os europeus desempenham um papel significativo na manutenção dessa restrição (BATISTA JR, 2014).

Um ponto central de atenção no processo de negociação do NBD foi garantir o equilíbrio de poder entre os membros na administração em sua configuração inicial (COZENDEY, 2015, p. 127). Os cinco países possuem a mesma parcela de capital, resultando em um poder de voto igualitário em todas as decisões. Ademais, nenhum deles possui direito de veto em qualquer resolução. Assim, temos o seguinte funcionamento interno no NBD:

---

<sup>2</sup> Desde a sua criação em 1944, o Banco Mundial tem mantido uma tradição de ser liderado por um presidente estadunidense, enquanto o FMI tem sido predominantemente comandado por um dirigente europeu. Contudo, nos últimos anos, países emergentes têm intensificado a pressão por uma revisão dessa tradição. A seleção do presidente do Banco Mundial envolve a participação de 25 representantes dos países-membros, sendo desejável que a escolha seja alcançada por consenso. Caso contrário, uma maioria simples é suficiente para determinar o presidente. Dada a significativa influência dos Estados Unidos, que detém 16% do poder de voto, e da União Europeia, responsável por outros 29%, analistas consideram altamente desafiador promover alterações substanciais nesse cenário (BBC, 2012).

**Figura 1: Funcionamento interno do NBD**



Fonte: IPEA, 2019, p. 30.

Em julho de 2014, durante a VI Cúpula dos BRICS, os presidentes dos países membros reuniram-se em Fortaleza para inaugurar o segundo ciclo de Cúpulas do BRICS. Nesse encontro, onde a criação do NBD foi acordada, os líderes deram a seguinte declaração:

Saudamos os objetivos estabelecidos pelo Grupo Banco Mundial de auxiliar países a acabar com a pobreza extrema e de promover a prosperidade compartilhada. Reconhecemos o potencial dessa nova estratégia em apoio à concretização desses ambiciosos objetivos pela comunidade internacional. Entretanto, esse potencial somente será realizado se a instituição e seus membros caminharem efetivamente em direção a estruturas de governança mais democráticas, fortalecerem a capacidade financeira do Banco e explorarem maneiras inovadoras de ampliar o financiamento para o desenvolvimento e o compartilhamento de conhecimento, enquanto buscam firme orientação voltada aos clientes que reconheça as necessidades de desenvolvimento de cada país. [...] Nesse sentido, advogamos uma arquitetura financeira internacional que conduza à superação de desafios em matéria de desenvolvimento. Temos sido muito ativos na melhoria da arquitetura financeira mundial por meio de nossa coordenação multilateral e de nossas iniciativas de cooperação financeira, que, de maneira complementar, aumentarão a diversidade e a disponibilidade de recursos para promover o desenvolvimento e para garantir a estabilidade da economia global (MRE, 2014).

A declaração do bloco expressa uma posição otimista em relação aos objetivos do Grupo Banco Mundial em combater a pobreza extrema e promover a

prosperidade compartilhada. No entanto, apesar do discurso progressista, ainda existem lacunas importantes que são deixadas por essas instituições. Além disso, a menção à necessidade de estruturas de governança mais democráticas dentro da instituição é positiva, destacando a importância da participação e representatividade para alcançar os ambiciosos objetivos estabelecidos. Todavia, é crucial questionar em que medida essas estruturas são realmente democráticas e inclusivas, considerando a histórica crítica à representatividade desigual dentro dessas organizações internacionais.

A ênfase na necessidade de fortalecer a capacidade financeira do banco é fundamental, mas é necessário questionar de que forma essa capacidade será fortalecida e como esses recursos serão alocados, especialmente considerando as disparidades de poder econômico entre os membros. A busca por maneiras inovadoras de ampliar o financiamento e o compartilhamento de conhecimento é fundamental para o progresso dessas nações, embora seja preciso indagar sobre a natureza dessas inovações e como elas equacionam desafios específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento. A defesa de uma arquitetura financeira internacional que supere desafios de desenvolvimento é uma visão abrangente e necessária. No entanto, é necessário explorar mais profundamente como essa proposta se alinha com os princípios de equidade, justiça e inclusão, levando em consideração as experiências passadas e as preocupações quanto à eficácia das instituições financeiras internacionais.

Durante seus primeiros anos de existência, o bloco dos BRICS foi amplamente desacreditado. Apesar das críticas, os acordos assinados em 2014 surpreenderam os analistas com relação às potencialidades do grupo. Desde então, a cooperação entre os membros do bloco tem sido pautada pela necessidade de reforma da governança econômica internacional ao passo em que buscam demonstrar a insatisfação para com as instituições financeiras multilaterais e reafirmar a capacidade dos BRICS em criar seus próprios mecanismos de inserção no Sistema Internacional (COZENDEY, 2015, p. 116).

O NBD assume um papel estratégico e simbólico para os BRICS, representando uma resposta coletiva dos países-membros às limitações das instituições financeiras tradicionais. Essa iniciativa conjunta sinaliza a busca por uma maior autonomia e influência na arquitetura financeira global por parte dos

BRICS, desafiando a predominância histórica de instituições lideradas por países ocidentais. O que buscamos responder aqui é: **de que forma o NBD aprofundou a institucionalização do bloco? Iniciativas como essa aumentam a capacidade de ação do agrupamento enquanto um ator coletivo?**

As discussões iniciais do NBD tinham em seu cerne as necessidades de financiamento a longo prazo considerando que havia recursos disponíveis no mercado global que poderiam ser utilizados com o objetivo de fomentar a realização desses projetos. Nesse período, os bancos multilaterais de desenvolvimento haviam reduzido o financiamento após uma expansão de capital como reação à crise de 2008. O Brasil, bem como outros membros do BRICS, viam-se diante do seu limite de exposição individual (*single borrower limit*) perante as organizações financeiras internacionais. Não havia interesse por parte dos países desenvolvidos em aumentar o crédito disponível para as economias emergentes. Em face das necessidades dos membros do BRICS, apresentava-se como indispensável a criação de uma nova fonte de recursos para os países em desenvolvimento. É necessário salientar que, embora o discurso do bloco enfatize a necessidade de se construir uma ordem internacional multipolar, o bloco não pretende substituir as tradicionais instituições financeiras internacionais, mas sim, complementá-las (ABDENUR et FOLLY, 2015, p. 83; COZENDEY, 2015, p. 119).

O BRICS ganhou força a partir das lacunas deixadas pelas instituições criadas no contexto de Bretton Woods que insistem em resistir às mudanças que são necessárias para refletir a configuração de poder da ordem internacional nos dias de hoje. Essas instituições perderam o posto de provedoras exclusivas de financiamento no Sistema Internacional, isso pode ser notado a partir da proliferação de outros atores dispostos a serem os financiadores do desenvolvimento para economias emergentes, como é o caso do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB) e o Banco da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (ABDENUR et FOLLY, 2015, p. 88-89).

Atualmente, o NBD busca abordar desafios globais por meio de projetos em diversas áreas, refletindo o compromisso dos países membros na promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional. A alocação estratégica

de projetos abrange setores como infraestrutura digital e social<sup>3</sup>, energia limpa<sup>4</sup>, saúde<sup>5</sup> e transporte<sup>6</sup>. A escolha meticulosa dessas áreas reflete as prioridades compartilhadas dos BRICS. No entanto, é importante ressaltar que a cooperação dessas instituições perpassa as linhas do desenvolvimento, como destacam Adriana Abdenur e Maiara Folly:

Os países BRICS fazem uso de sua cooperação para o desenvolvimento não apenas para contestar o papel da OCDE como plataforma normativa, mas também para fortalecer sua atuação como criadores de normas na esfera do desenvolvimento internacional. Todos os cinco Estados promovem, até certo ponto, conceitos que sugerem que a Cooperação Sul-Sul é fundamentalmente diferente da ajuda do Norte, desprovida do legado colonial associado a esse tipo de assistência. Entre tais princípios estão o de horizontalidade, benefícios mútuos, solidariedade e não condicionalidade (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 88).

Desde sua criação, o NBD tem buscado uma maior inserção internacional através de iniciativas que buscam fomentar a reforma da ordem global vigente sob a égide da hegemonia norte-americana. Os BRICs, já em seus primeiros encontros formais no ano de 2008, manifestaram sua insatisfação com relação às estruturas financeiras internacionais que mantêm as economias emergentes às margens das decisões tomadas pelos países centrais. Os países-membros do bloco convergem ainda em outros temas, como a necessidade de reforma na Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com relação aos assentos do Conselho de Segurança e a necessidade de uma nova ordem internacional multipolar que seja capaz de incluir as demandas dos países em desenvolvimento. Isso indica que, desde sua origem, o NBD foi idealizado para transcender o conjunto dos BRICS, ainda que tenha se mantido restrito a essa esfera por anos (BASTOS, 2023).

Para que o discurso da Cooperação Sul-Sul não se perca, a instituição deve manter-se fiel aos valores fundamentais dessa parceria que norteia seus princípios basilares. Isso inclui, por exemplo, a recusa em utilizar as condicionalidades sobre a política econômica doméstica como método para a concessão de financiamento.

---

<sup>3</sup> Refere-se à rede de comunicações e tecnologias de informação que permitem a conectividade e a troca de informações entre indivíduos e instituições.

<sup>4</sup> Este setor engloba as fontes de energia renovável e sustentável, como solar, eólica, hidrelétrica, biomassa e geotérmica. O foco está na redução da dependência de combustíveis fósseis e na mitigação dos impactos ambientais associados à produção de energia.

<sup>5</sup> Refere-se ao setor que engloba a promoção, prevenção, tratamento e gestão de doenças e condições de saúde. Aqui, as ações do banco foram majoritariamente voltadas ao período da COVID-19.

<sup>6</sup> Este setor envolve os meios de transporte de pessoas e mercadorias, incluindo transporte rodoviário, ferroviário, marítimo, aéreo e transporte público.

É fundamental que a política financeira e de crédito do NBD seja capaz de conciliar os objetivos financeiros da instituição com as necessidades dos mutuários, garantindo que o banco não interfira indevidamente nos assuntos internos desses países, como é o caso dos empréstimos cedidos pelo FMI. Este equilíbrio representa possivelmente o maior desafio enfrentado pelo NBD em comparação com o modelo do BM (PEREIRA; MILAN, 2018, p. 27). O embaixador Carlos Márcio Cozendey, que desempenhou um papel ativo nas rodadas de negociação que resultaram no Acordo de Fortaleza, afirma que o banco nasceu com a “função de intermediação de recursos, indo ao mercado financeiro para realizar captações e emprestando-os sob remuneração, e não de um fundo, cujos recursos uma vez utilizados devem ser recompostos com nova rodada de contribuições” (COZENDEY, 2015, p. 121).

O BM tradicionalmente transfere o risco relacionado às flutuações cambiais inteiramente para os mutuários. Isso significa que, se houver uma valorização do dólar estadunidense em relação à moeda do mutuário, este último terá que pagar mais em termos locais para reembolsar o empréstimo. Por outro lado, o NBD adota uma abordagem diferente: conforme estabelecido no Artigo 24 do seu Acordo Constitutivo, este artigo possibilita que o NBD conceda empréstimos nas moedas dos países onde as operações serão realizadas. Isso elimina o risco de aumento dos custos devido a flutuações cambiais para os mutuários, pois os empréstimos são contratados na mesma moeda em que as receitas são geradas. Essa diferenciação evidencia uma preocupação do NBD em reduzir a exposição dos mutuários a riscos cambiais, diferentemente da abordagem do Banco Mundial (PEREIRA; MILAN, 2018, p. 27).

Já durante seu primeiro ano de funcionamento, em 2015, houve uma tentativa de fortalecer as moedas nacionais dos membros do bloco, principalmente o renminbi chinês, por meio da intensificação do comércio intra-BRICS. O objetivo da medida era testar alternativas ao dólar estadunidense que pudessem amenizar a dependência com relação à moeda americana (BASTOS, 2023). Embora os resultados não tenham sido significativos, esse debate tem reacendido novamente a partir de declarações recentes do presidente Lula que advogam a favor do aumento do comércio lastreado nas próprias moedas nacionais dos membros do bloco:

Nós precisamos ter uma moeda que transforme os países numa situação um pouco mais tranquila. Porque hoje um país precisa correr atrás de dólar para poder exportar, quando ele poderia exportar em sua própria moeda, e os bancos centrais certamente poderiam cuidar disso (LULA, 2023).

O discurso de Lula sugere a necessidade de uma moeda que proporcione uma situação mais estável para os países, destacando a dependência atual do dólar estadunidense para fins de exportação. A proposta de permitir que os países exportem em suas próprias moedas é atraente para as economias emergentes. Isso poderia reduzir a vulnerabilidade de muitos países a flutuações cambiais e a crises financeiras internacionais. No entanto, a implementação prática de uma mudança tão significativa envolve desafios consideráveis, como a coordenação entre as nações, a confiança na estabilidade das moedas nacionais e o desenvolvimento de sistemas financeiros adequados.

Recentemente, já sob a administração de Dilma Rousseff, iniciada em 2023, o NBD emitiu pela primeira vez papéis no mercado de títulos da África do Sul em sua moeda local, o Rand. A medida faz parte do conjunto de ações tomadas pelos BRICS que buscam promover as moedas locais dos países-membros e, assim, criar um certo grau de autonomia frente ao dólar estadunidense. Em março de 2023, Rousseff afirmou que aumentar o fornecimento de crédito em moedas locais seria prioridade de seu mandato, uma vez que a mesma afirma ter recebido orientações expressas dos presidentes Xi Jinping, da China, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil (CHADE, 2023).

Desde o início, o NBD foi concebido para incorporar outros países, seja na posição de tomadores de empréstimo ou como contribuintes ao capital do banco. De acordo com o Artigo nº2 da Declaração de Fortaleza (2014), qualquer país membro das Nações Unidas pode ser um associado ao NBD, desde que este esteja de acordo com as condições estipuladas pelo Acordo que instalou o banco. Apesar da abertura, foi somente em 2021 que novos países tiveram suas entradas aprovadas pelo Conselho de Governadores, sendo eles: Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Egito. Apesar da adesão de novos membros, os países originais do BRICS ainda possuem maior peso em seus votos (NBD, 2022).

A entrada de novos membros indica, além da expansão do banco como um instrumento multilateral, a coerência do grupo em se alinhar com outras economias

fora do eixo hegemônico que também buscam maior inserção internacional e uma menor dependência das instituições financeiras dominantes — FMI e BM. Integrar países que estão fora do centro decisório de poder pode proporcionar ao banco perspectivas e experiências variadas, contribuindo para um maior proveito financeiro e uma abordagem que considere as particularidades de seus territórios (BASTOS, 2023).

No entanto, cabe aqui uma crítica aos princípios basilares que norteiam o bloco mas que nem sempre são seguidos à risca. As noções de desenvolvimento apresentadas em declarações e documentos oficiais do NBD não acompanharam a requalificação da temática do desenvolvimento econômico das décadas de 1980 e 1990 e apresentam poucas inovações em relação à ideia de desenvolvimento difundida pelos países centrais centrada na industrialização, independente do contexto histórico-político daquele país. Esse conceito de desenvolvimento, amplamente debatido por autores como Chang (2009)<sup>7</sup>, Carvalho (2007),<sup>8</sup> Sen (1993)<sup>9</sup>, além de diversos autores da teoria cepalina, buscava incorporar políticas que considerassem as realidades e necessidades das economias emergentes. Essas novas visões acerca do desenvolvimento não foram incorporadas pelo NBD em sua institucionalização (BASTOS, 2023). Assim, mesmo que o banco promova investimentos em setores como infraestrutura digital e social, energia limpa, saúde e transporte, a instituição não necessariamente busca tirar os países membros da condição de produtores primários, podendo, conseqüentemente, manter a sua dependência econômica em relação aos países desenvolvidos. Essa teria sido a ocasião ideal para, de fato, propor uma reestruturação da ordem global, pelo menos em termos financeiros. No entanto, essa oportunidade não foi orientada pelos novos debates decoloniais, como seria esperado de um grupo com uma presença não-ocidental significativa e que, de tempos em tempos, é visto como representante do Sul Global.

---

<sup>7</sup> CHANG. Maus Samaritanos: O Mito Do Livre-Comércio E A História Secreta do Capitalismo. 2008.

<sup>8</sup> CARVALHO, J.G. (2017) Economia Política e Desenvolvimento: um debate teórico. Edição revista. São Carlos, SP: Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, UFSCar.

<sup>9</sup> SEN, A. (1993). O desenvolvimento como expansão de capacitações.



## 2.1 A cooperação intra-BRICS

A disparidade nas contribuições financeiras entre os membros dos BRICS reflete as diferentes dimensões econômicas de cada país no bloco. Seguindo a ordem do acrônimo, como costumeiro durante as reuniões oficiais do bloco, olhemos primeiramente para o Brasil: o país participa de programas para a cooperação em matéria de desenvolvimento desde a década de 1970. Nos anos seguintes, a partir de uma estratégia de política externa adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, o país passou a investir ainda mais em cooperação com o objetivo de se transformar em um importante ator global e expandir sua zona de influência na América do Sul e África (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 90). Só no ano de 2014, o BNDES firmou parcerias com “37 instituições financeiras presentes em países africanos, com o objetivo de criar canais que possam atender a exportadores brasileiros de máquinas e equipamentos interessados em prospectar negócios no continente” (BNDES, 2014, p. 36). Além disso, o BNDES é responsável por financiar projetos de infraestrutura de grande porte por meio de transnacionais brasileiras como a Petrobrás e a Odebrecht, expandindo ainda mais a atuação do banco brasileiro e a projeção internacional do país.

O desmantelamento da União Soviética (URSS) e a crise política e econômica que se abateram sobre a Rússia em decorrência, resultaram no enfraquecimento significativo de seu papel como um dos principais fornecedores mundiais de cooperação para o desenvolvimento ao longo dos anos 1990. Ao invés disso, a Rússia passou a ser uma grande receptora de assistência, refletindo as mudanças drásticas em sua dinâmica política e econômica após a dissolução da URSS. Esse cenário mudou em meados de 2007 quando o país voltou a atuar na pauta da cooperação, focando principalmente em saúde, segurança e distribuição de energia. Contudo, esse financiamento não abrangia naquele momento os países do Sul Global, direcionando-se especialmente aos países da antiga URSS. Vale notar que a Rússia também expressou interesse em se aproximar do continente africano, haja vista a criação do Fórum de Negócios Rússia-África, em 2011, com o objetivo de expandir os investimentos nos países africanos e fortalecer os laços comerciais (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 92).

Os financiamentos indianos em termos de cooperação remontam ao final da década de 1940, após a independência do país. Mas foi só durante o século XXI

que a Índia passou a integrar de forma concreta a cooperação Sul-Sul. Em 2012, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores da Índia, surgiu a Administração das Parcerias para o Desenvolvimento (DPA, em inglês), responsável por coordenar a implementação da assistência técnica oferecida pelo *EximBank* do país. No ano seguinte, em 2013, o auge da assistência ao desenvolvimento da Índia foi alcançado, com um orçamento totalizando US\$1,6 bilhões (ABDENUR et FOLLY, 2015, p. 92 *apud* MULLEN, 2014).

Dentre os membros dos BRICS, a China se destaca como a principal financiadora do desenvolvimento internacional. Com sua robusta economia e crescente influência global, a China tem desempenhado um papel fundamental ao fornecer recursos financeiros substanciais para iniciativas de desenvolvimento em diversas partes do mundo. Seja por meio de investimentos diretos, participação em projetos de infraestrutura ou assistência bilateral, a China emergiu como uma força motriz significativa no financiamento de empreendimentos de desenvolvimento, consolidando sua posição como um ator-chave na arquitetura financeira internacional. Suas principais instituições exportadoras de crédito são o *EximBank* e o Banco de Desenvolvimento, ambos da China e responsáveis por oferecer linhas de crédito ao redor do mundo, principalmente no continente africano. Além disso, a China também contribui para outras organizações multilaterais, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) (ABDENUR et FOLLY, 2015, p. 90).

Por fim, a África do Sul destaca-se como a nação com a menor economia do bloco. No entanto, desde o início do fim do Apartheid, durante a década de 1990, o país tem testemunhado um notável crescimento na cooperação para o desenvolvimento, especialmente para dentro do próprio continente. O governo sul-africano tem direcionado seu foco para uma ampla gama de iniciativas, com ênfase na manutenção da paz, envolvendo mediação, estabilização e reconstrução pós-conflito. Além disso, há um aumento significativo de projetos voltados para agricultura e infraestrutura, como parte de uma estratégia mais abrangente para estimular o comércio e a integração econômica regional. Este esforço não apenas visa expandir o mercado para os serviços e produtos manufaturados sul-africanos, mas também fortalecer as relações econômicas na região como um todo, evidenciando o compromisso contínuo da África do Sul em promover o

desenvolvimento sustentável e a cooperação regional na África (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 92 *apud* BESHARATI, 2013).

## 2.2 O Acordo Contingente de Reservas (ACR)

O Acordo Contingente de Reservas nasceu com o objetivo de “prevenir pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, fornecer apoio mútuo e reforçar a estabilidade financeira” e “reforçar a rede global de proteção financeira e para complementar os arranjos monetários e financeiros internacionais existentes” (BRASIL, 2016). A partir do Acordo de Fortaleza, ficou definido que cada país teria um compromisso individual com o ACR. Dessa forma, o mecanismo inicialmente possuía um montante de cem bilhões de dólares estadunidenses, sendo as seguintes cotas de cada membro: China – US\$41 bilhões; Brasil – US\$18 bilhões; Rússia – US\$18 bilhões; Índia – US\$18 bilhões; África do Sul – US\$5 bilhões.

Os recursos estão disponíveis em dólares estadunidenses e os países do bloco têm o direito de solicitar acesso a qualquer momento. Os valores são transacionados por meio de *swap* cambial<sup>10</sup> e o país solicitante é denominado "Parte Requerente". Até que a solicitação seja aceita pelos demais países, chamados de "Partes Provedoras", cada nação terá plenos direitos de propriedade sobre os valores comprometidos com o ACR (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 64). De acordo com o artigo 4º do decreto que estabelece o ACR, os países podem acessar os recursos através de duas modalidades distintas: “um instrumento de liquidez para prestar apoio em resposta a pressões de curto prazo no balanço de pagamento” e “um instrumento preventivo destinado a prestar apoio em casos de potenciais pressões de curto prazo no balanço de pagamentos” (BRASIL, 2016).

Sua estrutura de governança é constituída por um Conselho de Governadores (CG) e um Comitê Permanente (CP). O Conselho de Governadores, por sua vez, é composto por um Governador e um Governador Suplente por país, nomeados pelos países-membros. Os Governadores devem ocupar os cargos de Ministros de Finanças, Presidentes de Banco Central ou equivalentes. O CG possui autonomia para revisar pontos importantes do acordo, como os valores disponíveis, os critérios para retirada de fundos, a proporção de parcelas relacionadas ou não

---

<sup>10</sup> *Swap* (do inglês, “troca”) é um derivativo financeiro que promove simultaneamente a troca de taxas ou rentabilidade de ativos financeiros entre agentes econômicos. Por meio dele, os Bancos Centrais procuram evitar o movimento disfuncional do mercado de câmbio (BCB, 2024).

ao FMI, taxas de juros, períodos de pagamento e outros termos operacionais. Além disso, o CG tem autoridade para deliberar sobre a admissão de novos membros e pode estabelecer uma secretaria permanente ou uma unidade de supervisão. As decisões tomadas pelo Conselho de Governadores devem ocorrer por consenso. O Conselho é responsável pelas decisões estratégicas e de alto nível do ACR (BRASIL, 2016; CARVALHO *et al.*, 2015, p. 65).

Nos documentos oficiais do BRICS, tanto o NBD quanto o ACR são descritos como complementares às instituições financeiras criadas em Bretton Woods, sem a intenção de rivalizar ou estabelecer instrumentos alternativos que operem fora da ordem internacional vigente. Essa pode ser uma estratégia para evitar confrontos e garantir uma maior facilidade de aprovação nos parlamentos dos países-membros. Embora não se possa descartar a possibilidade de que, no futuro, essas instituições evoluam para desafiar a ordem internacional vigente, a ênfase na complementaridade sugere uma postura inicial de colaboração e integração com o sistema financeiro global estabelecido (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 67).

Embora os BRICS afirmem que a natureza do ACR é complementar em relação aos atuais organismos internacionais sob a hegemonia dos EUA, alguns analistas argumentam que o ACR representa um desafio direto ao atual sistema financeiro mundial. Essa ênfase na complementaridade busca ressaltar a intenção do ACR de ser um mecanismo que coopera e colabora com as estruturas já existentes, como o FMI, ao invés de substituí-las. No entanto, há análises críticas que indicam que o ACR pode representar uma alternativa desafiadora e potencialmente transformadora, apontando para a possibilidade de redefinição do cenário financeiro global e da influência dos BRICS nesse contexto, como explica Weisbrot (2014):

O NBD dos BRICS tem recebido a maior atenção, mas o fundo de reserva cambial de \$100 bilhões pode representar uma descoberta muito mais significativa. Para a maioria dos países, uma das maiores restrições e fontes de potencial instabilidade é o balanço de pagamentos. Eles devem ter dólares ou outras moedas fortes suficientes para financiar importações e reservas internacionais suficientes para se protegerem contra uma fuga desesperada de sua moeda. Caso contrário, suas economias podem entrar em crise, recessão ou outro desequilíbrio econômico devastador. Grande parte dos danos da crise financeira asiática poderia ter sido evitada com o suporte oportuno ao balanço de pagamentos (WEISBROT, 2014, tradução própria).

O mecanismo garante que um membro não seja obrigado a contribuir financeiramente em caso de ativação, se estiver em uma situação desfavorável em relação às suas próprias reservas, preservando, assim, a soberania sobre o uso desses recursos. O Brasil considerava importante que o ACR fosse suficientemente independente do FMI para não se tornar apenas um complemento dos recursos do Fundo. Isso estava alinhado com os esforços para reformar a governança global tradicional e garantir que o impacto político da iniciativa não fosse enfraquecido (COZENDEY, 2015, p. 129).

Um dos impactos iniciais do ACR é comunicar ao mercado que os países emergentes demonstram um nível maior de coordenação entre si, estando mais preparados para lidar com eventuais crises financeiras. Em períodos de crise econômica global, é crucial que os países possuam acesso imediato a divisas internacionais para preservar sua capacidade de pagamento internacional. Nesse contexto, as reservas disponíveis pelo FMI desempenham um papel significativo. Contudo, é importante destacar que o FMI condiciona a liberação de recursos à adoção e implementação de condicionalidades, entre as quais podemos citar as políticas de austeridade fiscal, por exemplo, o que, por vezes, resulta no aprofundamento interno de crises econômicas. Em contrapartida, o ACR dos BRICS diferencia-se ao não impor tais condicionalidades aos empréstimos, apresentando uma abordagem distinta em relação aos mecanismos tradicionais (MAPA MUNDI, 2021).

A notável duplicidade de atuação dos BRICS, que se manifesta no fornecimento tanto de empréstimos para cooperação no desenvolvimento quanto no estabelecimento de um fundo de reservas, desempenha um papel fundamental na consolidação da posição desses países como atores multifacetados no cenário financeiro global. Ao estabelecer um fundo de reservas, o bloco dos BRICS reforça sua autonomia financeira e pode contribuir para uma redução da dependência dos tradicionais fluxos financeiros internacionais. Essa dualidade de funções não apenas destaca certa flexibilidade e adaptabilidade do bloco, mas também enfatiza sua contribuição significativa para a construção de uma arquitetura financeira global mais inclusiva e equitativa.

No entanto, existem algumas contradições internas ao banco que limitam a ação da instituição. Como os países membros do NBD possuem diferentes

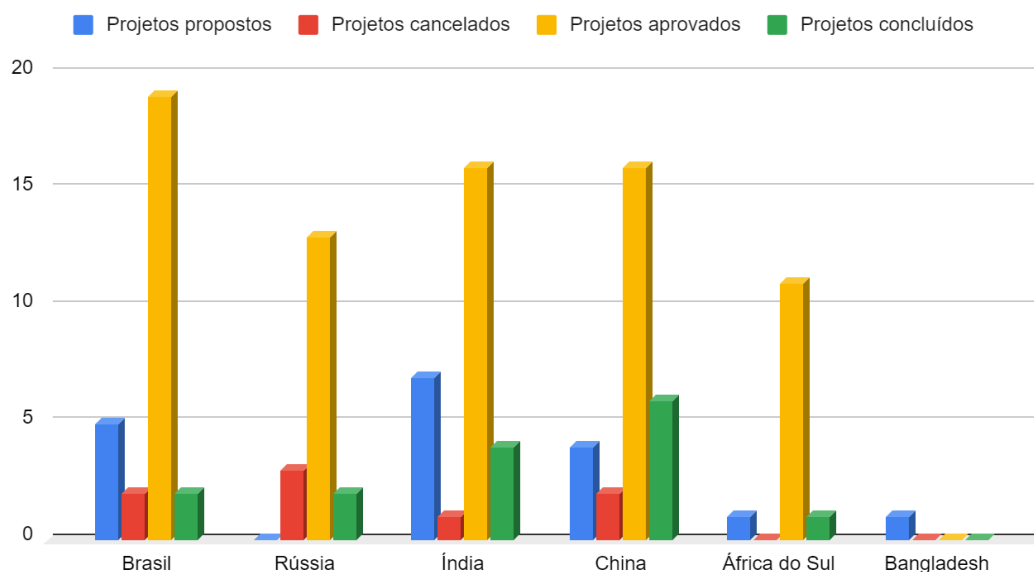
agendas e prioridades econômicas, pode ser desafiador para o banco conciliar esses interesses divergentes em sua operação e alocação de recursos, uma vez que o NBD depende dos recursos financeiros fornecidos pelos países membros, e sua capacidade de concessão de empréstimos e de influenciar o desenvolvimento está diretamente ligada à disponibilidade desses recursos.

### **3 OS EMPRÉSTIMOS CEDIDOS PELO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO**

Em seus primeiros anos de funcionamento, estimava-se que quinze projetos seriam realizados nos países que compõem o bloco do BRICS. De acordo com uma entrevista dada por Batista Junior (2016), esses empréstimos deveriam priorizar setores específicos, como projetos de geração de energia renovável, com uma estimativa de mobilização de recursos entre US\$1,5 bilhão e US\$2 bilhões. Na China, Índia e África do Sul, os empréstimos estavam destinados ao setor público, com garantia soberana, possivelmente em moedas locais. No Brasil e na Rússia, projetos mais avançados seriam selecionados para financiamento em dólares, em parceria com bancos nacionais de desenvolvimento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Vnesheconombank (VEB) (PEREIRA; MILAN, 2018, p. 30).

Durante o período que compreende desde a criação do NBD em 2014 até 2023, o banco desempenhou um papel crucial ao disponibilizar empréstimos estratégicos que impulsionaram o desenvolvimento econômico em diversas regiões. As iniciativas de financiamento do NBD durante esse intervalo de uma década refletiram seu compromisso em apoiar projetos de infraestrutura, sustentabilidade e inovação, contribuindo assim para o crescimento sólido de seus países-membros. Neste contexto, é fundamental examinar de perto os empréstimos concedidos pelo NBD ao longo desses anos, destacando sua relevância e impacto nas transformações socioeconômicas globais.

**Gráfico 1: Projetos por país-membro do NBD (2014-2023)**

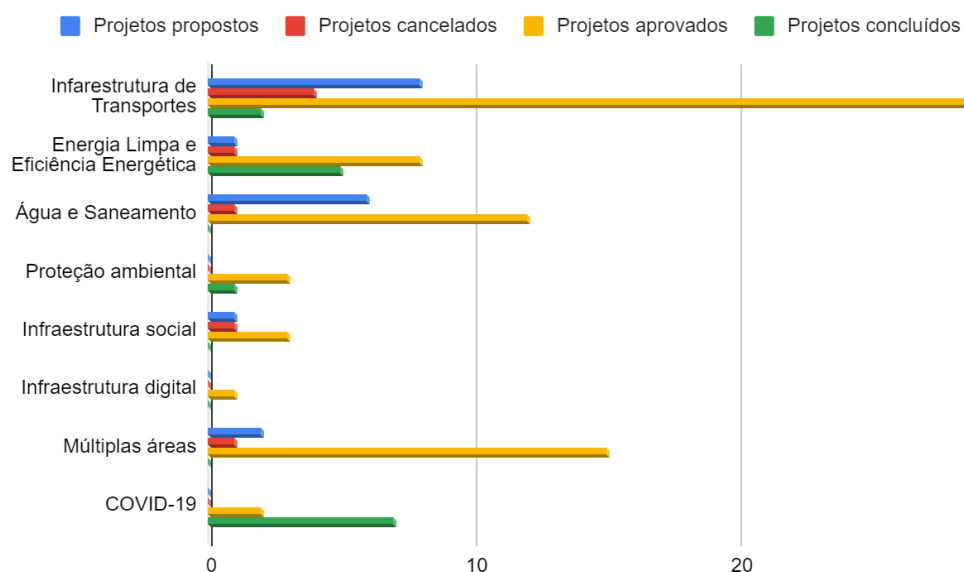


**Fonte:** NBD, 2024. Elaboração própria.

O gráfico 1 nos fornece uma visão abrangente dos projetos propostos, cancelados, aprovados e concluídos em diferentes países, abordando o período analisado. Nota-se que o Brasil lidera em termos de projetos aprovados (19), sendo o maior número de aprovados pelo banco. Índia e China aparecem em posições semelhantes, com 16 projetos aprovados. A Rússia, por sua vez, apresenta um número significativo de projetos cancelados (3), sugerindo possíveis obstáculos ou mudanças nas prioridades. A China destaca-se pela taxa de projetos concluídos (6). A África do Sul possui a menor taxa de projetos aprovados (11) e concluídos (1), o que pode ser um ponto de atenção em relação à efetividade da implementação do programa. Por fim, Bangladesh apresenta apenas um projeto proposto devido a sua recente entrada no NBD. Vale ressaltar que o número de projetos concluídos ainda é baixo.

**Gráfico 2 - Projetos por área do NBD (2014-2023)**





Fonte: NBD, 2024. Elaboração própria.

Notavelmente, os projetos de "Infraestrutura de Transportes" representam a maior parcela, com 31 projetos aprovados, embora apenas 2 tenham sido concluídos, indicando possíveis desafios na implementação ou demoras no processo devido aos procedimentos do financiamento. Por outro lado, o setor de "Energia Limpa e Eficiência Energética" mostra uma taxa significativa de conclusão (5) em relação aos projetos aprovados, sugerindo uma efetividade relativamente maior nessa área. A categoria "COVID-19" destaca-se com 7 projetos concluídos, indicando uma resposta ágil a uma crise global. No entanto, essa ênfase nos projetos relacionados à pandemia ressalta uma questão importante: embora o NBD tenha conseguido mitigar os danos imediatos da crise de saúde, existe uma falha na promoção de projetos de desenvolvimento de longo prazo, que seria o objetivo primordial da instituição.

Entendemos que o NBD desempenha algum papel no fornecimento de empréstimos, conforme evidenciado pelos números apresentados nos gráficos acima. Contudo, trata-se de um conjunto ainda incipiente de fluxos, que pode vir a ser ampliado na medida em que novos países se interessem em somar no bloco. Ao longo do período analisado (2014-2024), o NBD aprovou um total de 75 projetos em uma variedade de setores, desde infraestrutura de transportes até energia limpa e eficiência energética. Esses empréstimos são importantes para impulsionar

o desenvolvimento econômico e social em seus países-membros, permitindo a realização de projetos essenciais que de outra forma poderiam não sair do papel.

Embora alguns projetos tenham sido cancelados, os números revelam uma quantidade ainda incipiente de projetos concluídos, com exceção no setor de energia limpa e COVID-19. A rápida resposta à crise da COVID-19, com 9 projetos concluídos, demonstra a flexibilidade e adaptabilidade do NBD para enfrentar desafios emergentes. Em suma, os números refletem uma importância modesta do NBD como uma fonte de financiamento para o desenvolvimento, ainda que com potencial para expansão de seus fluxos.

**Tabela 1 - Projetos concluídos financiados pelo NBD, 2016-2021**

Nome do projeto	Ano	Setor de Operação	% do custo total financiado pelo NBD	Financiamento de outras fontes
<b>BRASIL</b>				
Financiamento de Projetos de Energia Renovável e Transmissão Associada Programa de Assistência Emergencial no Combate à COVID-19	2016	Energia Limpa	50,00%	50,00%
Financiamento de Projetos de Energia Renovável e Transmissão Associada Programa de Assistência Emergencial no Combate à COVID-19	2020	Assistência Emergencial contra a COVID-19	100%	0%
<b>RÚSSIA</b>				
Empréstimo do Programa de Emergência COVID-19 para Apoiar a Resposta de Saúde da Rússia	2021	Assistência Emergencial contra a COVID-19	100%	0%
Infraestrutura sustentável em relação ao Projeto "ZapSibNefteKhim"	2018	Proteção Ambiental	3,18%	96,82%
<b>ÍNDIA</b>				
Programa de Emergência COVID-19 Empréstimo para apoiar a Índia Recuperação Econômica de COVID-19	2020	Assistência Emergencial contra a COVID-19	18,17%	81,83%
Programa de Assistência Emergencial em Combate à COVID-19	2020	Assistência Emergencial contra a COVID-19	4,00%	96,00%
Setor de Energia Renovável REC - Projeto de desenvolvimento	2019	Energia Limpa	70,29%	29,71%
Distrito principal de Madhya Pradesh - Projeto de Estradas	2016	Infraestrutura de Transporte	70,70%	30,30%
<b>CHINA</b>				
Programa de Assistência Emergencial - Apoiando a Economia da China na Recuperação da COVID-19	2021	Assistência Emergencial contra a COVID-19	100%	0%
Programa de Assistência Emergencial - NDB no Combate à COVID-19	2020	Assistência Emergencial contra a COVID-19	100%	0%

Guangdong Yudean Yangjiang Shapa - Projeto de energia eólica	2018	Energia Limpa	33,33%	66,66%
Luoyang - Projeto de Metrô	2018	Infraestrutura de Transporte	100%	0%
Putian Pinghai Bay Offshore - Projeto de energia eólica	2016	Energia Limpa	43,20%	56,80%
Projeto de distribuição de energia solar em Lingang	2016	Energia Limpa	67,76%	32,24%
<b>ÁFRICA DO SUL</b>				
Programa de Emergência COVID-19	2020	Assistência Emergencial contra a COVID-19	100%	0%

**Fonte:** NBD, 2024. Elaboração própria.

A tabela 1 evidencia a contribuição do NBD no financiamento de uma variedade de projetos, destacando-se nos setores de energia limpa e também no contexto da pandemia de COVID-19. Dos 15 projetos concluídos, 10 tiveram mais da metade do custo total financiado pelo NBD. Essas porcentagens evidenciam não apenas a sua capacidade financeira, mas também o potencial de sua importância estratégica na viabilização de empreendimentos de grande porte. Pela tabela 1 podemos considerar que, sem o apoio do NBD, muitos desses projetos não teriam saído do papel.

No entanto, nota-se que 7 dos 15 projetos concluídos foram relacionados à pandemia da COVID-19, indicando que o banco ainda não teve a chance de se provar como um grande credor para obras de infraestrutura e desenvolvimento. A distribuição desigual dos projetos entre essas categorias levanta questões sobre a coerência e a abrangência das estratégias de investimento do NBD. Por exemplo, o fato de apenas um projeto ser voltado para a área de Proteção Ambiental pode sugerir uma lacuna significativa na abordagem do banco em relação à sustentabilidade ambiental. Além disso, embora 10 dos 15 projetos tenham recebido mais da metade de seu financiamento do NBD, é necessário avaliar se esses projetos representam adequadamente as necessidades e prioridades dos países beneficiários. Essa concentração de financiamento em determinados projetos pode levantar preocupações sobre a equidade e a eficácia dos investimentos, especialmente se projetos importantes em outras áreas forem negligenciados. Portanto, enquanto os investimentos do NBD podem representar um passo positivo em direção ao desenvolvimento e sustentabilidade, é crucial que

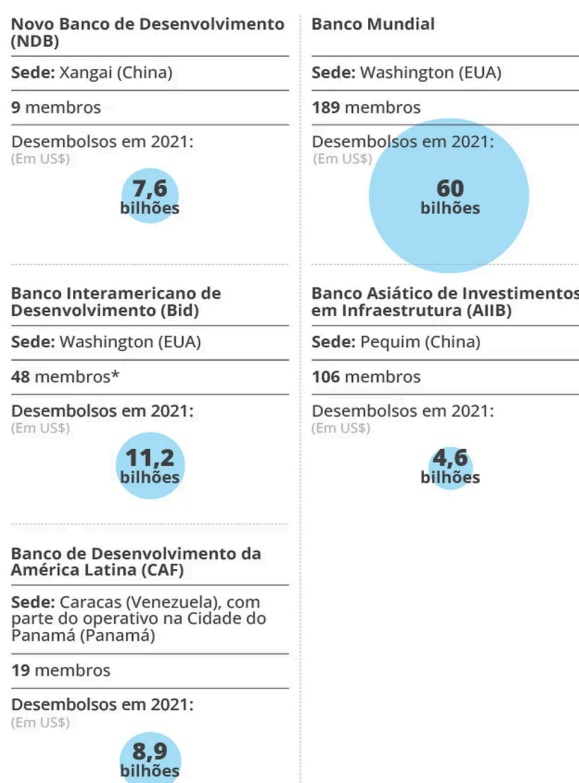
haja uma avaliação contínua e crítica para garantir que esses recursos sejam alocados de maneira eficiente, atendendo às necessidades reais das comunidades e do meio ambiente e seguindo as diretrizes do banco.

Os dados ainda nos fornecem uma resposta à indagação feita por Carlos Cozende (2015) sobre a função e a viabilidade do NBD. Ao demonstrar que o banco financiou uma parcela substancial dos custos totais de diversos projetos, nota-se que esses dados não apenas validam a existência do NBD como uma entidade concreta, mas também reforçam sua visão como uma instituição sólida e fundamental para o desenvolvimento econômico. Ao longo dos anos, o NBD tem se mostrado cada vez mais robusto e eficaz em sua missão, transcendendo a mera visão para se tornar uma realidade tangível e imprescindível para o progresso e prosperidade de diversas regiões.

No entanto, a instituição ainda não atingiu o mesmo nível de capacidade de financiamento que o FMI detém. De acordo com o relatório anual do Fundo Monetário Internacional, “no ano fiscal de 2023, o FMI aprovou cerca de US\$5,7 bilhões em novos compromissos de empréstimos concessionais para países de baixa renda, cerca de quatro vezes a média anual pré-pandemia” (FMI, 2023) ao passo que o NBD aprovou no mesmo ano uma somatória de menos de USD 2 bilhões de dólares (NBD, 2024).

Como é notável no infográfico a seguir, NBD ainda fica muito abaixo de outros bancos de desenvolvimento em termos de capital e alcance. Apesar de sua significativa contribuição para o fortalecimento dos BRICS e sua promessa de oferecer uma alternativa ao sistema financeiro global dominado por instituições ocidentais, o NBD enfrenta desafios para alcançar a mesma magnitude e influência de seus pares mais estabelecidos. Enquanto outros bancos de desenvolvimento têm uma presença mais robusta e recursos financeiros mais substanciais, o NBD está em processo de consolidação e expansão. Este contraste destaca a jornada que o NBD ainda precisa percorrer para alcançar seu pleno potencial e desempenhar um papel significativo na nova arquitetura financeira global.

### Imagem 1: Comparação entre o Banco do BRICS e seus pares



**Fonte:** O Globo *apud* CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA), NBD, Itamaraty, IBGE e FMI (Fundo Monetário Internacional). Arte - O Globo. 2023.

O BRICS representa atualmente uma parcela significativa da economia global, contribuindo com 26% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Além disso, abriga aproximadamente 40% da população do planeta. Esses números destacam a crescente importância dos países emergentes no cenário econômico internacional. A título de comparação, o G7, formado pelos países mais industrializados do mundo (sendo eles Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), detém uma fatia maior do PIB global, representando 49%, embora sua população corresponda a apenas 10% da população mundial. Essa comparação evidencia as mudanças na distribuição do poder econômico e demográfico, com os países do BRICS desempenhando um papel cada vez mais significativo na economia mundial, enquanto o G7 mantém sua influência em termos de produção econômica.

A ascensão dessas economias tem sido impulsionada por diversos fatores, incluindo investimentos em infraestrutura, avanços tecnológicos e políticas de desenvolvimento econômico. Além disso, a diversificação das relações comerciais

e a busca por parcerias estratégicas têm fortalecido a posição do BRICS no cenário internacional.

**Tabela 2 - População e PIB dos membros originais do BRICS**

Membros do BRICS	População (em bilhões)	PIB (em US\$ trilhões)
<b>Brasil</b>	0,203	1,9
<b>Rússia</b>	0,141	1,7
<b>Índia</b>	1,4	2,8
<b>China</b>	1,4	14,3
<b>África do Sul</b>	0,058	0,350
<b>Total</b>	3,2	21

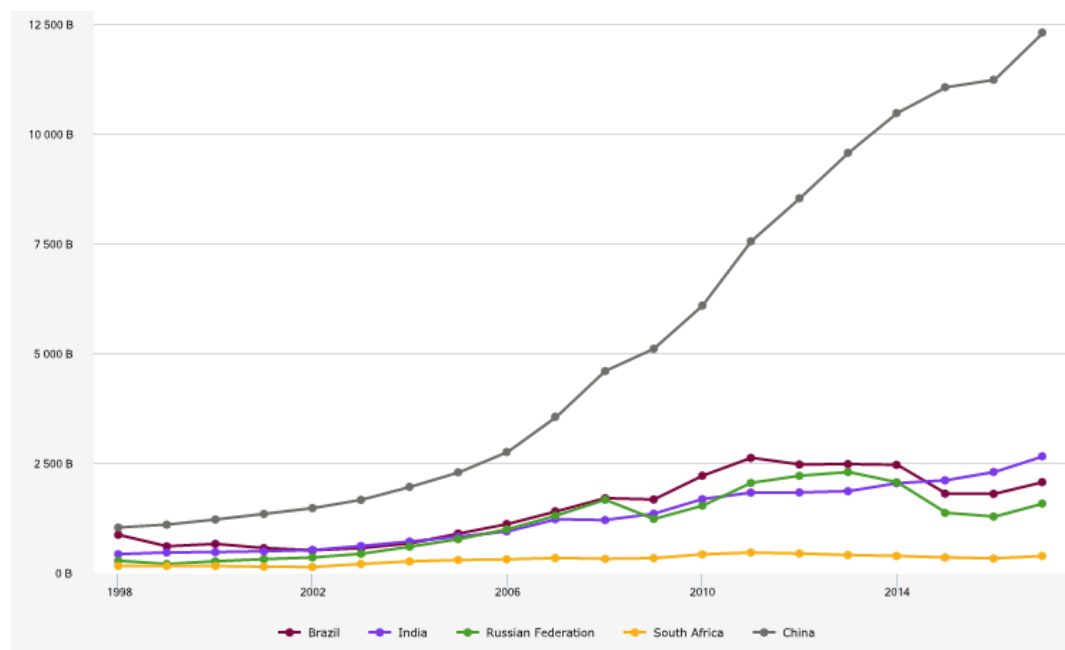
**Fonte:** O Globo *apud* CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA), NBD, Itamaraty, IBGE e FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023.

Além disso, temos um grande ponto de atenção: a China. Ao longo das últimas décadas, o país asiático tem testemunhado um crescimento econômico notável, impulsionado por políticas de reforma e abertura que resultaram em um desenvolvimento acelerado em diversos setores. Além disso, dentre os membros do bloco, a China se destaca como a maior financiadora do desenvolvimento internacional, liberando linhas de crédito em diversas áreas do planeta (principalmente no continente africano) através de uma série de instituições como o Banco do Povo da China, o Banco de Desenvolvimento da China e o *EximBank* da China. Normalmente, acordos para empreendimentos de grande escala são estabelecidos por meio de negociações entre governos, com o objetivo de promover a expansão das relações comerciais e facilitar o acesso a matérias-primas (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 90).

Dentro do contexto dos BRICS, a ascensão da China tem sido um motor essencial para o fortalecimento do grupo como um todo. No entanto, como veremos no gráfico a seguir, os indicadores recentes sugerem que a economia chinesa está se distanciando progressivamente das outras nações do BRICS. Enquanto anteriormente havia a percepção de que as demais grandes economias emergentes poderiam acompanhar, mesmo que discretamente, o ritmo acelerado de crescimento da China, agora os indicadores apontam para uma maior disparidade nos resultados econômicos entre a China e seus parceiros do bloco. Esse distanciamento sinaliza um novo cenário que demanda uma análise

cuidadosa sobre as dinâmicas econômicas e políticas dentro do grupo, bem como sobre o papel futuro da China na configuração do grupo BRICS e na nova arquitetura financeira global.

**Gráfico 3 - Indicadores de desenvolvimento mundial nos países do BRICS (em US\$)**



**Fonte:** Banco Mundial, 2018.

Para Figueira e Junior (2014) dois cenários possíveis se desenham para a China no NBD: no primeiro, sua significativa capacidade de contribuição financeira e a demanda por uma distribuição equitativa nas decisões, pode levar a China a exercer uma influência preponderante na orientação das atividades do banco. Sua economia robusta pode lhe dar uma voz dominante nas decisões estratégicas e na alocação de recursos do banco, moldando suas operações de acordo com seus interesses nacionais e objetivos de desenvolvimento interno. Nesse contexto, a China poderia exercer uma influência dominante sobre as operações do NBD, priorizando projetos que beneficiassem sua economia nacional em detrimento dos interesses coletivos dos membros do BRICS.

Através de sua influência nos projetos viabilizados pelo NBD, a China pode buscar manter os países como produtores primários, fornecendo principalmente *commodities* de baixo valor agregado. Ao direcionar estrategicamente o financiamento e os investimentos do NBD, a China poderia favorecer projetos que

fortaleçam as cadeias produtivas de matérias-primas nos países do BRICS, priorizando investimentos em infraestrutura de transporte, como estradas e ferrovias, voltados especificamente para facilitar a exportação de recursos naturais e garantindo assim um suprimento estável e acessível de recursos essenciais para sua economia. Esse enfoque excluiria a demanda interna por esse tipo de infraestrutura, limitando o desenvolvimento do país a uma economia baseada na exportação de matérias-primas.

Isso poderia ser alcançado através de políticas de empréstimos favoráveis, incentivos financeiros e apoio técnico para o desenvolvimento de setores primários nos países membros do BRICS, alinhando assim seus interesses de crescimento econômico com a necessidade contínua de recursos por parte da China. Essa estratégia não apenas solidificaria a posição da China como um importante destino para as exportações dos países do BRICS, mas também poderia fortalecer sua influência política e econômica dentro do bloco, consolidando ainda mais sua posição como líder regional e global. Além disso, embora tenhamos observado um aumento no número de projetos aprovados na área de saneamento básico, energia limpa e eficiência energética, é importante ressaltar que o tempo necessário para a conclusão desses projetos não nos permite, neste momento, uma análise mais aprofundada de seu impacto e eficácia (NBD, 2024).

Por outro lado, em um segundo cenário, a dinâmica interna entre os países do BRICS poderia gerar redes integradas de investimento, produção e comércio. Essa cooperação mais estreita entre os membros poderia resultar na formação de uma cadeia produtiva ampla e diversificada, capaz de impulsionar não apenas o crescimento econômico individual de cada nação, mas também de fortalecer o bloco como uma força política e econômica global. Nesse contexto, os países do BRICS trabalhariam de forma colaborativa para promover projetos que beneficiassem o desenvolvimento coletivo e sustentável de todas as nações do bloco, priorizando uma abordagem inclusiva e de cooperação mútua em vez de favorecer exclusivamente os interesses de uma única nação (JÚNIOR et FIGUEIRA, 2014, p. 57).

Essa abordagem colaborativa poderia fortalecer a posição do BRICS como uma alternativa viável à estrutura econômica global dominada pelas potências tradicionais. Ao promover a cooperação entre os países-membros, o BRICS



poderia desafiar a ordem econômica mundial estabelecida e contribuir para uma distribuição mais equitativa do poder e da riqueza a nível global.

#### 4 CONCLUSÕES

Os países que compõem o bloco do BRICS têm expressado consistentemente sua demanda por reformas nas instituições de governança global, refletindo o aumento de sua importância no cenário internacional e a necessidade de uma representação mais equitativa de países em desenvolvimento. Nesse contexto, a criação do NBD pode ser interpretada como uma tentativa dos membros do grupo de consolidar sua posição no cenário internacional e “erguer a escada” para que outros países emergentes também possam atingir seus objetivos desenvolvimentistas. As aspirações individuais de cada membro do bloco, irão determinar a formatação da instituição ao longo dos próximos anos. Isso se refletirá nas negociações sobre a participação de cada membro no capital total do banco, que é crucial para determinar sua direção e impacto (JÚNIOR et FIGUEIRA, 2014, p. 59).

Assim, o NBD representa uma oportunidade ímpar para os países emergentes materializarem seus interesses em promover o desenvolvimento e ampliar sua influência tanto nas instituições financeiras multilaterais quanto em questões políticas globais. A criação do banco oferece uma plataforma para que esses países articulem suas agendas e projetem sua voz em escala internacional, desafiando o domínio das potências tradicionais.

No entanto, apesar das ambições de reforma e de uma maior inclusão dos países emergentes, é improvável que a proposta do banco, por si só, resulte em um novo modelo mais democrático e participativo na gestão do capitalismo global. Mesmo com as oportunidades que o NBD pode oferecer, existem desafios significativos a serem superados para efetivar as mudanças desejadas pelo bloco no equilíbrio de poder global. A resistência das potências centrais, as complexidades das negociações internacionais e as disparidades de interesse entre os países membros representam barreiras importantes que exigem cooperação e muita diplomacia para serem superadas.

Como observado por Robert Cox (1981), as organizações internacionais tendem a cooptar as elites dos países periféricos, mantendo a dinâmica hierárquica e desigual das relações de poder na ordem mundial. Embora haja um reconhecimento crescente da importância das vozes dos países emergentes, como destacado por Celso Amorim (2010), ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil,

a integração desses mercados tardios no núcleo de poder do capitalismo global pode resultar em uma reconfiguração das relações internacionais sem uma mudança fundamental na dinâmica de poder. Em vez de fundar uma nova ordem, o que pode estar sendo buscado é um rearranjo que mantenha o status quo, consolidando uma nova elite política mundial sem alterar substancialmente a desigualdade estrutural na governança global.

Além disso, as assimetrias econômicas dentro do grupo de países que compõem o BRICS, especialmente em relação à China, geram preocupações legítimas sobre o equilíbrio de poder e influência dentro da coalizão. A predominância econômica da China pode criar desafios quanto à cooperação equitativa e ao alinhamento de interesses entre os países membros. É fundamental prestar atenção à China para evitar que o bloco se torne um veículo exclusivo para as ambições globais do gigante asiático, como salienta William Pesek (2014). A concentração de poder econômico e político nas mãos da China pode potencialmente levar a decisões unilaterais que priorizem os interesses chineses em detrimento dos objetivos coletivos do BRICS. Portanto, é essencial que os membros do grupo mantenham um diálogo aberto e transparente, garantindo que a cooperação dentro do BRICS seja mutuamente benéfica e que os interesses de todos os membros sejam adequadamente considerados e protegidos.

Assim, apesar do papel fundamental desempenhado pelo NBD no fortalecimento dos BRICS, a instituição ainda não conseguiu se estabelecer plenamente como uma alternativa às instituições financeiras tradicionais. Embora tenha avançado significativamente desde sua fundação, o NBD enfrenta desafios complexos que limitam sua capacidade de desempenhar um papel verdadeiramente transformador no cenário financeiro global. Ainda há obstáculos a superar, como a necessidade de maior transparência, governança eficaz e uma estrutura operacional mais ágil e flexível. Além disso, a competitividade do NBD em relação aos bancos multilaterais existentes continua sendo uma preocupação, especialmente em termos de acesso a recursos financeiros e alcance global. Embora tenha potencial para promover a cooperação e o desenvolvimento entre os países membros, o NBD precisa continuar aprimorando sua eficácia e relevância para solidificar seu papel como uma verdadeira força na nova arquitetura financeira global.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, A; FOLLY, M. O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRICS. In **BRICS Estudos e Documentos**, p. 79-115. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2015. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos\\_e\\_Documentos.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos_e_Documentos.pdf). Acesso em 21 ago. 2023.

AMIN, Samir. 50º Aniversário da Conferência de Bandung (Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera). In: **Marxismo Revolucionário**. 2010. Disponível em [http://resistir.info/samir/bandung\\_port.html](http://resistir.info/samir/bandung_port.html). Acesso em 11 dez. 2023.

AMORIM, Celso. Let's hear from the new kids on the block. **The New York Times**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/06/15/opinion/15iht-edamorim.html>. Acesso em 01 mar. 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Editora UNESP. 1996.

BANCO MUNDIAL. **BRICS Analysis | World Development Indicators**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/embed/BRICS-Analysis/id/a1d70538>. Acesso em 26 fev. 2024.

BASTOS. Luana Paris. Novo Banco de Desenvolvimento: de onde veio e para onde vai. **GEBRICS/USP**. 2023. Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/novo-banco-de-desenvolvimento-de-onde-veio-e-para-onde-vai/>. Acesso em 10 ago. 2023.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. O Banco do Brics. Brasília: **TV Senado - Agenda Econômica: Entrevista com o Diretor Executivo do FMI**, 14 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9sg4cRejGU>. Acesso em 21 ago. 2023.

BATISTA JR., Paulo. **Palestra de Paulo Nogueira Batista Jr.** – Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x26GxAUIP40>. Acesso em 20 fev. 2024.

BBC. 2012. **Americano e nigeriana disputam presidência do Banco Mundial**. BBC News: Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323\\_bancomundial\\_candidatos\\_ac](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323_bancomundial_candidatos_ac). Acesso em: 18 jan. 2024.

BCB. **Swap Cambial**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/swapcambial>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; TAVARES, Maria C. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: **O Poder Americano**. Editora: Vozes. Petrópolis, p. 111-138. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33626103/BELLUZZO\\_Luiz\\_Gonzaga\\_AMundializacaoDoCapitalEaExpansaoDoPoderAmericano-libre.pdf?1399221076=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DBELLUZZO\\_Luiz\\_Gonzaga\\_A\\_Mundializacao\\_do.pdf&Expires=1706576971&Signature=eEzjycNpz7HBI61Euf1VLSUZ4A1zLAvIcHT37BKJwBam490sRV7U1qBonvjm-6rl7pYnh2R3tybX7GdaMbW4qjITmf1Gf-pii-i~KNQRXjie4Q8nc7Q~07z~Y5DSdg0oeii~Z6GC74lpMnkThg-umsuv5Wug5ROC~DnzvPtquNI3Z81zUDI69W0g9BxnlaJ~wGe-A7AmfwzVySEabK8Zsdp44R2CqV~P4ZZiPaRR84X-MTW~lkoDBe~uuBx6R2QR9JtJWCuz2ZfYwwhIPFkEazs6Z~JrisPpllooJB08wYR0luTQbbwz0sy6CTM3WnZ7eU~inITWiLQUT2DnHP1a5w\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGS LRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33626103/BELLUZZO_Luiz_Gonzaga_AMundializacaoDoCapitalEaExpansaoDoPoderAmericano-libre.pdf?1399221076=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DBELLUZZO_Luiz_Gonzaga_A_Mundializacao_do.pdf&Expires=1706576971&Signature=eEzjycNpz7HBI61Euf1VLSUZ4A1zLAvIcHT37BKJwBam490sRV7U1qBonvjm-6rl7pYnh2R3tybX7GdaMbW4qjITmf1Gf-pii-i~KNQRXjie4Q8nc7Q~07z~Y5DSdg0oeii~Z6GC74lpMnkThg-umsuv5Wug5ROC~DnzvPtquNI3Z81zUDI69W0g9BxnlaJ~wGe-A7AmfwzVySEabK8Zsdp44R2CqV~P4ZZiPaRR84X-MTW~lkoDBe~uuBx6R2QR9JtJWCuz2ZfYwwhIPFkEazs6Z~JrisPpllooJB08wYR0luTQbbwz0sy6CTM3WnZ7eU~inITWiLQUT2DnHP1a5w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGS LRBV4ZA). Acesso em 21 jan. 2024.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Relatório Anual BNDES, 2014**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/5342>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza** – 15 de julho de 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014). Acesso em 10 ago. 2023.

BRASIL. Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS. **DECRETO Nº 8.702, 1º DE ABRIL DE 2016**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm). Acesso em: 25 set. 2023.

CARVALHO, Carlos; FREITAS, William; GODOY, Luciene; GOMES, Natália (2015). O banco e o arranjo de reservas do Brics: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional. **Estudos Internacionais**, 3(1), 45-70. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10062/8956>. Acesso em 18 fev. 2024.

CARVALHO, João; BORGES, Ulisses; SCARMELOTO, Klaus (Orgs.). Trabalhadores e povos oprimidos uni-vos: o Congresso de Baku dos povos do oriente. Ed. **Raízes da América**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://library.lol/main/1230D75CFA5D978FE55841C0E756EE80>. Acesso em 02 mar. 2024.

CHADE, J. Sob Dilma, banco dos Brics faz primeira emissão em moeda sul-africana. **UOL**. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/08/16/sob-dilma-banco-dos-brics-faz-primeira-emissao-em-moeda-sul-africana.htm>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CNN Brasil. **Lula critica uso do dólar e defende moeda única para transações entre países dos Brics**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-critica-uso-do-dolar-e-defende-moeda-unica-para-transacoes-entre-paises-dos-brics/#:~:text=%E2%80%9C%C3%89%20necess%C3%A1rio%20ter%20paci%C3%A1ncia,moeda%E2%80%9D%2C%20concluiu%20o%20presidente>. Acesso em 12 ago. 2023.

COX, R. W. **Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method**. In COX, R. W.; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University, 1996, p. 124-143. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511607905.008>

COX, Robert. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory in Neorealism and its critics*. 1981. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7945535/course/section/6553731/COX%20R.%20%281986%29%20Social%20forces%2C%20states%20and%20world%20orders%20beyond%20international%20relations%20Theory.pdf>. Acesso em 01 mar. 2024.

COZENDEY, Carlos M. Visão ou Miragem? Banco de Desenvolvimento e Arranjo de Reservas no Horizonte dos BRICS. In **BRICS Estudos e Documentos**, p. 115-139. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2015. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos\\_e\\_Documentos.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos_e_Documentos.pdf). Acesso em 15 ago. 2023.

DAMICO, F. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In **BRICS Estudos e Documentos**, p. 55-79. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2015. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos\\_e\\_Documentos.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-estudos_e_Documentos.pdf). Acesso em 16 ago. 2023.

EICHENGREEN, Barry. Banking on the BRICS. **Project Syndicate**, 2014. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/barry-eichengreen-is-bullish-on-the-group-s-new-development-bank--but-not-on-its-contingent-reserve-arrangement>. Acesso em: 18 fev. 2024.

EL PAÍS. **Vale, exemplo mundial de incompetência e descaso**. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/opinion/1548547908\\_087976.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/opinion/1548547908_087976.html). Acesso em 12 ago. 2023.

FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2004.

FMI. LENDING. **IMF Annual Report 2023**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2023/what-we-do/lending/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOMES, Gabriel. BRICS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA GOVERNANÇA GLOBAL. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa**, 2016. Santana do Livramento.

GUITARD, Odette. 1962. Bandung y el despertar de los pueblos coloniales. Buenos Aires: **Editorial Universitaria de Buenos Aires**.

IPEA. **Arquitetura Financeira Conjunta do BRICS: Arranjo Contingente de Reserva e o Novo Banco de Desenvolvimento**. Organizado por Luciana Acioly. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/arquivos-de-apresentacoes-em-eventos/2019-arquivos/29-05-audiencia-publica-sobre-aco-es-para-fortalecimento-do-brics>. Acesso em: 04 fev. 2024.

JUNIOR, Hermes; FIGUEIRA, Mauro. O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional. **Boletim Meridiano 47**, vol. 15, n. 142, mar.-abr. 2014 - p. 54 a 62. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/4848/4414>. Acesso em 01 mar. 2024.

LASSANCE, Antonio. O Plano Marshall: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais. **IPEA**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2661substituicao2\\_o%20plano%20marshall.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2661substituicao2_o%20plano%20marshall.pdf). Acesso em 18 jan. 2024. <https://doi.org/10.38116/td2661>

MAPA MUNDI. **O Acordo Contingente de Reservas dos BRICS como alternativa ao Brasil**. 2021. Disponível em: <https://mapamundi.org.br/2021/o-acordo-contingente-de-reservas-dos-brics-como-alternativa-ao-brasil/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MEDEIROS, Klei; PEREIRA, Analúcia. A EMERGÊNCIA DA PERIFERIA NO SISTEMA MUNDIAL: DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG À CONFERÊNCIA DE BUENOS AIRES (1955-1978). Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** v.4, n.7, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56965/35246>. Acesso em 18 jan. 2024. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.56965>

NDB. **All projects.** 2024. Disponível em: <https://www.NBD.int/projects/all-projects/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

NDB. New Development Bank. **Members.** Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/members/>. Acesso em 12 ago. 2023.

NDB. New Development Bank. **North Region Transportation Infrastructure Improvement Project.** Disponível em: <https://www.ndb.int/project/brazil-north-region-transportation-infrastructure-improvement-project/#tabbed-standard>. Acesso em 12 ago. 2023.

O GLOBO. **Clube em expansão: Banco do BRICS atrai atenção para grupo que já tem 13 pedidos de adesão.** Julho de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/clube-em-expansao-banco-do-brics-atrai-atencao-para-grupo-que-ja-tem-13-pedidos-de-adesao.ghtml>. Acesso em 26 fev. 2024.

PEREIRA, R. A.; MILAN, M. O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO BANCO DO BRICS: UMA ALTERNATIVA AO BANCO MUNDIAL?. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 51, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/866](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/866). Acesso em: 01 mar. 2024

PESEK, William. China steps in as World's New Bank. **Bloomberg View.** 2014. Disponível em: <http://www.bloombergvew.com/articles/2014-12-25/china-steps-in-as-worlds-new-bank>. Acesso em 26 fev. 2024.

PINO, Bruno. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Organizador: André de Mello e Souza. – Brasília. IPEA, 2014. *In* **Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)**, p. 57-89. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3308>. Acesso em 16 jan. 2024.

PIRES, Hinderburgo. GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO FINANCEIRA E TECNOLÓGICA ENTRE OS PAÍSES EMERGENTES: O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, 2015, p. 283-292. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/18952>. Acesso em 21 ago. 2023. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2015.18952>

RIDDELL, John. O Congresso de Baku foi uma convocação para o fim do imperialismo. **Revista Jacobina.** Set/ 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/09/o-congresso-de-baku-soou-como-uma-convocacao-para-o-fim-do-imperialismo/>. Acesso em 03. fev. 2024.

SAUVY, Alfred. TROIS MONDES, UNE PLANÈTE. Paris: **L'Observateur**, 1952. Disponível em: <http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>. Acesso em 11 dez. 2023.



UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **The Rise of BRICS FDI and Africa**. New York, EUA: United Nations, 2013. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/webdiaeia2013d6\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/webdiaeia2013d6_en.pdf). Acesso em 21 ago. 2023.

WEISBROT, Mark. BRICS' new financial institutions could undermine US-EU global dominance. **Al Jazeera**, 18 jul. 2014. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/opinions/2014/7/brics-developmentbankimffinance.html>. Acesso em 04 fev. 2024.